Maio/2006
Vol. 12, Nº 5

MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, junho/2006

Esta publicação encontra-se disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional — www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/resultado.asp — com acesso aos exemplares anteriores e ao cronograma anual de divulgação.

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Carlos Kawall Leal Ferreira

CHEFE DE GABINETE
Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS
Jorge Khalil Miski
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Paulo Fontoura Valle
Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE
Alex Pereira Benício
Aline Dieguez Barreiro de Menezes Silva
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos
Fabio Pereira Simoni da Silva
Felipe Augusto Trevisan Ortiz
Felipe Palmeira Bardella
José Cordeiro Neto
Lindemberg de Lima Bezerra
Paula Bicudo de Castro Magalhães
Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:
(61) 3412-3970/3971

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br
Home Page: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco “P”, 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 5, maio 2006. 38 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970
1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em maio, o Governo Central registrou superávit de R$ 2,8 bilhões, contra R$ 2,7 bilhões no mesmo mês do ano anterior e R$ 14,7 bilhões em abril deste ano. A redução do resultado primário em relação ao mês anterior reflete o efeito sazonal do pagamento, em abril, da primeira cota ou da cota única do IRPF referente à declaração de ajuste 2006 (ano base 2005), dos recolhimentos trimestrais do IRPJ, da CSLL e da cota parte compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. Além disso, as transferências a estados e municípios aumentaram em função da concentração de arrecadação dos tributos partilhados no terceiro decêndio de abril, com o correspondente repasse verificado em maio. Por sua vez, verificou-se aumento nos dispêndios discricionários, além do impacto do salário mínimo nos benefícios previdenciários e assistenciais (LOAS/RMV).

Nos primeiros cinco meses do ano, o resultado primário do Governo Central foi de R$ 32,3 bilhões, equivalentes a 3,99% do PIB.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

R$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	ABR	MAI	JAN-MAI	
	2006	2006	2005	2006
I. RECEITA TOTAL	**48.862,2**	**42.325,2**	**194.700,9**	**216.747,9**
I.1. Receitas do Tesouro	**39.461,1**	**32.633,4**	**153.653,9**	**170.585,9**
I.1.1. Receita Bruta (1)	39.891,6	33.058,6	156.440,6	172.716,2
I.1.2. (-) Restituições	-430,5	-425,2	-2.786,6	-2.130,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	**9.280,9**	**9.573,3**	**40.440,2**	**45.570,4**
I.3. Receitas do Banco Central	**120,2**	**118,5**	**606,8**	**591,6**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**7.058,2**	**8.673,4**	**34.858,8**	**37.802,9**
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**41.804,0**	**33.651,8**	**159.842,1**	**178.945,0**
IV. DESPESA TOTAL	**27.120,2**	**30.835,4**	**127.397,7**	**146.692,0**
IV.1. Despesas do Tesouro	**15.092,6**	**17.820,6**	**73.385,8**	**84.693,4**
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	7.250,8	7.463,2	36.022,3	40.742,0
IV.1.2. Custeio e Capital	7.778,2	10.301,1	37.093,0	43.707,1
IV.1.2.1. Despesa do FAT	*911,9*	*1.056,9*	*3.508,0*	*4.441,1*
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	*356,2*	*633,5*	*2.789,0*	*3.645,0*
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	*868,6*	*1.010,2*	*3.428,2*	*4.444,3*
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	*5.641,5*	*7.600,5*	*27.367,7*	*31.176,6*
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	63,7	56,3	270,5	244,3
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	**11.890,6**	**12.884,8**	**53.382,7**	**61.388,9**
IV.3. Despesas do Banco Central	**137,0**	**130,0**	**629,2**	**609,8**
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	**14.683,8**	**2.816,4**	**32.444,4**	**32.253,0**
V.1. Tesouro Nacional	17.310,3	6.139,4	45.409,3	48.089,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.609,7	-3.311,5	-12.942,5	-15.818,5
V.3. Banco Central (4)	-16,8	-11,5	-22,4	-18,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			**4,32%**	**3,99%**

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.
(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.
(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2006/2005

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	**11,3%**
Tesouro	11,0%
Previdência	12,7%
Transferências	**8,4%**
Receita Líquida	**12,0%**
Despesas	**15,1%**
Benefícios	15,0%
Pessoal	13,1%
Custeio e Capital	17,8%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	25,90%	26,84%
Transferências	4,64%	4,68%
Receita Líquida	**21,27%**	**22,16%**
Despesa Total	16,95%	18,17%
Resultado Primário	**4,32%**	**3,99%**

No mês, o Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho com superávit de R$ 6,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R$ 3,3 bilhões e de R$ 11,5 milhões, respectivamente. No acumulado do ano, o superávit do Governo Central foi de

R$ 32,3 bilhões (3,99% do PIB). Não obstante a queda observada em percentual do PIB em relação ao ano anterior, o resultado primário está em linha com a meta de superávit estabelecida para o ano de 4,25% do PIB para o setor público consolidado.

Em maio, a receita bruta do Tesouro apresentou queda de R$ 6,8 bilhões em relação ao mês anterior, explicada por razões sazonais.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou queda de R$ 6,8 bilhões (17,1%) em relação ao mês anterior, dos quais R$ 6,1 bilhões são explicados pelos efeitos sazonais referentes a ingressos ocorridos em abril: pagamento da primeira cota ou cota única do IRPF apurado na declaração de ajuste 2006 (ano base 2005), do IRPJ e CSLL referente à apuração do primeiro trimestre do ano, além do recolhimento trimestral da participação especial (royalties). Houve, também, queda de R$ 944,3 milhões no montante das receitas diretamente arrecadadas, em decorrência, basicamente, do recolhimento da taxa anual de fiscalização de serviços de telecomunicações em abril, sem correspondente em maio.

No acumulado de janeiro a maio, a receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R$ 16,3 bilhões (10,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior, dos quais R$ 10,8 bilhões (7,8%) referentes a impostos e contribuições e R$ 5,5 bilhões (28,7%) a demais receitas. A arrecadação de impostos e contribuições já reflete as medidas de desoneração tributária – efeito acumulado estimado até o final do ano em R$ 19,2 bilhões – adotadas recentemente (estímulo ao investimento produtivo, redução de impostos para as famílias, redução de tributos sobre a cesta básica, estímulo à poupança de longo prazo e às pequenas e médias empresas e incentivo à inovação). Por sua vez, o crescimento das demais receitas deveu-se, principalmente, à evolução do pagamento referente às concessões (decorrente da assinatura de contratos para a exploração e produção de petróleo em 2005, com impacto financeiro em janeiro de 2006), ao volume recolhido a título de cota parte de compensações (em virtude dos incrementos na produção e no preço internacional do petróleo), e ao incremento do pagamento de dividendos das empresas nas quais a União possui participação acionária.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	6,04%	5,96%
Previdência Social	-1,72%	-1,96%
Banco Central	0,00%	0,00%
Governo Central	**4,32%**	**3,99%**

As transferências a estados e municípios aumentaram R$ 1,6 bilhão (22,9%) em relação ao mês anterior. Destaque no mês para o repasse referente à cota parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural que elevou-se em R$ 1,1 bilhão, refletindo a transferência do recolhimento trimestral da participação especial ingressada ao final de abril. Além disso, foram repassados, em maio, R$ 162,5 milhões a título de auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações (Lei Complementar nº 115/2002) referente a 1/12 da dotação fixada na Lei Orçamentária Anual 2006 – LOA-2006 (Lei nº 11.306 , de 16 de maio de 2006).

No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios cresceram R$ 2,9 bilhões (8,4%). As transferências constitucionais aumentaram em R$ 3,0 bilhões (11,5%), em especial devido ao comportamento dos tributos partilhados, base de cálculo dessas transferências. O repasse de royalties e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural elevou-se em R$ 877,8 milhões, em decorrência basicamente do aumento da produção e do preço do petróleo. Por outro lado, a transferência a título de auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações apresentou queda de R$ 1,2 bilhão, em função da não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA-2006) até 16 de maio de 2006. Cabe destacar, no entanto, que foram repassados em janeiro R$ 447,2 milhões relativos ao montante adicional de R$ 900,0 milhões autorizado em 2005, com impacto financeiro verificado em dezembro e janeiro, conforme disposto na Medida Provisória nº 271, de 2005, e em maio – R$ 162,5 milhões – já com a LOA-2006 aprovada.

Não obstante a queda verificada no repasse a título de auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações em decorrência da não aprovação da LOA até 16/05/2006, as transferências a estados e municípios cresceram R$ 2,9 bilhões (8,4%) nos primeiros cinco meses do ano.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 17,8 bilhões em maio, apresentando incremento de R$ 2,7 bilhões (18,1%) em relação ao mês anterior. A maior parte dessa variação, R$ 2,5 bilhões (32,4%), referiu-se a despesas de custeio e capital, principalmente no subitem "outras despesas de custeio e capital", apresentando crescimento de R$ 2,0 bilhões (34,7%). Com relação a essas despesas, os dispêndios discricionários apresentaram aumento de R$ 1,8 bilhão (36,4%), concentrados principalmente nos Ministérios da Saúde (R$ 1,0 bilhão), Desenvolvimento Agrário (R$ 248,6 milhões), Desenvolvimento Social (R$ 121,6 milhões), Defesa (R$ 84,4 milhões), Educação (R$ 65,9 milhões) e Ciência e Tecnologia (R$ 47,6 milhões). As despesas com subsídios e subvenções aumentaram R$ 277,3 milhões em relação ao mês anterior. Os subsídios no âmbito do Programa de Habitação de Interesse Social (PSH) e do Programa de Aquisição do Governo Federal (AGF) totalizaram R$ 142,5 milhões e R$ 157,5 milhões, respectivamente, sem correspondente em abril. Os gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R$ 141,6 milhões (16,3%) em relação ao mês anterior, refletindo o aumento do salário mínimo ocorrido em abril.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2005-2006 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	ABR/06	MAI/06
Pessoal e Encargos	**7.250,8**	**7.463,2**
Custeio e Capital	**7.778,2**	**10.301,1**
Despesas do FAT	911,9	1.056,9
Subsídios e Subvenções /1	356,2	633,5
LOAS/RMV	868,6	1010,2
Outras	5.641,5	7.600,5
Transferência ao Bacen	**63,7**	**56,3**

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

No acumulado de 2006, as despesas do Tesouro Nacional elevaram-se em R$ 11,3 bilhões (15,4%), apresentando dinâmica superior ao crescimento do PIB nominal estimado para o período (7,4%). As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram R$ 4,7 bilhões (13,1%). Os gastos com custeio e capital aumentaram em R$ 6,6 bilhões (17,8%), concentrados na rubrica outras despesas de custeio e capital, R$ 3,8 bilhões (13,9%). Com relação a esta rubrica, as principais variações foram: i) R$ 2,4 bilhões (9,9%) nas despesas discricionárias, sendo os principais dispêndios concentrados nos Ministérios da Saúde (R$ 1,2 bilhão), da Educação (R$ 576,1 milhões) e de Desenvolvimento Social

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	**4,79%**	**5,05%**
Custeio e Capital	**4,93%**	**5,41%**
Despesas do FAT	0,47%	0,55%
Subsídios e Subvenções /1	0,37%	0,45%
LOAS/RMV	0,46%	0,55%
Outras	3,64%	3,86%
Transferência ao Bacen	**0,04%**	**0,03%**

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

(R$ 439,6 milhões); ii) R$ 585,8 milhões nos gastos com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI); iii) R$ 475,3 milhões com execução de despesas por conta de créditos extraordinários; iv) R$ 255,4 milhões com gastos decorrentes de sentenças judiciais. Outras variações no custeio e capital no acumulado do ano foram: i) incremento de R$ 933,1 milhões (26,6%) nas despesas do FAT, refletindo, em parte, o impacto do aumento do salário-mínimo com efeito nas despesas com seguro desemprego; ii) elevação de R$ 1,0 bilhão (29,6%) nos dispêndios com LOAS/RMV, decorrente do aumento do salário-mínimo; e iii) aumento de R$ 856,0 milhões de subsídios, subvenções e despesas com reordenamento de passivos (30,7%).

O déficit da Previdência Social atingiu R$ 15,8 bilhões nos primeiros cinco meses de 2006 (equivalente a 1,96% do PIB), já refletindo o impacto do reajuste do salário-mínimo e dos demais benefícios concedidos em abril.

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R$ 3,3 bilhões em maio, contra R$ 2,6 bilhões no mês anterior. O aumento do déficit no mês decorreu do efeito dos reajustes do salário-mínimo e dos demais benefícios concedidos em abril, com impacto no caixa do Tesouro Nacional em maio. No acumulado do ano, o déficit da Previdência Social totalizou R$ 15,8 bilhões, contra R$ 12,9 bilhões em igual período de 2005. Em termos percentuais do PIB, o déficit previdenciário situou-se 0,24 ponto percentual acima do observado em 2005, alcançando 1,96% do PIB estimado para o período.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R$ 33,1 bilhões em maio, apresentando diminuição de R$ 6,8 bilhões (17,1%) em relação a abril. Não obstante a receita administrada pela SRF ter sido recorde para o mês de maio, esta é normalmente inferior à de abril em decorrência de efeitos sazonais como o pagamento, em abril, da primeira cota ou cota-única do IRPF apurado na declaração de ajuste anual referente ao exercício anterior e do recolhimento do IRPJ e da CSLL referentes à apuração do primeiro trimestre do ano. Ademais, a diferença no número de dias úteis influencia negativamente a arrecadação dos tributos com apuração decendial ou fato gerador no mês anterior como IPI, IRRF, IOF e CPMF.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2006 (R$ Milhões)/1

DISCRIMINAÇÃO	ABR/06	MAI/06
Impostos	**16.445,7**	**12.872,0**
Imposto de Renda	12.928,0	9.449,9
IPI	2.240,3	2.053,3
Outros	1.277,4	1.368,8
Contribuições	**15.925,5**	**15.167,4**
Cofins	7.130,4	7.389,3
CPMF	2.667,2	2.469,1
CSLL	2.789,0	1.933,7
Cide - Combustíveis	706,6	647,7
Outras	2.632,3	2.727,6
Demais	**7.520,4**	**5.019,2**
Cota parte	2.854,8	846,0
Diretamente Arrecadada	2.180,2	1.236,0
Dividendos da União	1.859,2	2.144,9
Pagamento Unificado /2	-	-
Outras	626,1	792,3
Total Bruto	**39.891,6**	**33.058,6**

/1 Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.
/2 Pagamentos decorrentes do Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 5,0 bilhões, contra R$ 7,5 bilhões do mês anterior, representando queda de R$ 2,5 bilhões. Contribuíram para essa retração, entre outros fatores: a) redução de R$ 2,0 bilhões referentes à participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural, resultante do recolhimento trimestral realizado no mês anterior; e b) diminuição de R$ 944,3 milhões nas receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública, em virtude do recolhimento, no mês de abril, da taxa anual de fiscalização de serviços de telecomunicações. Em contrapartida, o volume de dividendos repassados ao Tesouro

aumentou 15,4%, passando de R$ 1,9 bilhão em abril para R$ 2,1 bilhões em maio.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos cinco primeiros meses de 2006, a receita bruta do Tesouro foi equivalente a 21,39% do PIB. Em valores nominais, a receita bruta totalizou R$ 172,7 bilhões contra R$ 156,4 bilhões, no mesmo período de 2005 (acréscimo de 10,4%). A seguir, estão discriminados, por tributo, as variações nominais mais relevantes e os fatores que concorreram para o resultado: a) IPI-Automóveis (+18,04%): aumento de 9,6% no volume de vendas ao mercado e recolhimento reduzido, em 2005, em decorrência de compensações de débitos com créditos relativos a pagamentos efetuados a maior em exercício anteriores; b) IRPJ (+11,93%) e CSLL (+9,33%): crescimento de 45% no IRPJ e de 43% na CSLL, recolhidos pelo setor de refino de petróleo, recuperação de débitos em atraso referentes ao setor de extração de minerais metálicos, cuja arrecadação aumentou 128% no IRPJ e 124% na CSLL no período, e retomada do pagamento regular por parte de algumas instituições financeiras que, no ano de 2005, estavam com demanda judicial relativa ao IRPJ; c) IRRF-Rendimentos de Capital (+22,82%): crescimento da arrecadação relativa a operações de swap (181%) e maior volume de resgate de aplicações financeiras em renda fixa em 2006; d) PIS/PASEP (+11,54%): arrecadação atípica referente a depósito judicial em 2006 (R$ 198,0 milhões superior ao obtido no mesmo período de 2005).

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	**8,59%**	**8,72%**
Imposto de Renda	6,40%	6,60%
IPI	1,39%	1,32%
Outros	0,81%	0,80%
Contribuições	**9,66%**	**9,61%**
Cofins	4,61%	4,49%
CPMF	1,54%	1,55%
CSLL	1,49%	1,51%
Cide - Combustíveis	0,42%	0,39%
Outras	1,60%	1,68%
Demais	**2,56%**	**3,06%**
Cota parte	0,84%	0,97%
Diretamente Arrecadada	0,75%	0,82%
Dividendos da União	0,39%	0,77%
Pagamento Unificado /1	0,17%	0,00%
Outras	0,41%	0,50%
Total Bruto	**20,81%**	**21,39%**

/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Ressalte-se que a arrecadação do IPI-outros apresentou redução nominal de 6,47% em relação ao mesmo período de 2005, já em função de algumas das medidas de desoneração tributária adotadas (redução para zero das alíquotas referentes a bens de capital e a insumos da construção civil).

Até maio de 2006 a arrecadação das demais receitas apresentou acréscimo de R$ 5,5 bilhões (28,7%), comparativamente a igual período de 2005. Esse resultado decorre, basicamente, do aumento de: a) R$ 3,2 bilhões no repasse de dividendos das empresas nas quais a União mantém participação acionária; b) R$ 1,5 bilhão na receita com a cota-parte de compensações financeiras, devido, principalmente, ao maior recolhimento da participação especial nos royalties relativos à extração de petróleo e gás; e c) R$ 595,2 milhões na receita com concessões, em função do recolhimento de R$ 556,4 milhões referente ao bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás (arrecadados em janeiro de 2006 e sem correspondência em 2005).

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO
BRASIL, JAN-MAI (R$ milhões)

EMPRESAS	2005	2006
Petrobras	1.684,6	2.340,7
Banco do Brasil	169,2	1.164,5
Caixa	501,1	1.100,2
BNDES	375,8	1.200,3
Correios	-	91,9
IRB	120,2	130,1
BNB	36,8	28,9
BASA	-	126,8
Demais	80,9	34,0
Total	**2.968,6**	**6.217,5**

Transferências a Estados e Municípios

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R$ 8,7 bilhões em maio contra R$ 7,1 bilhões em abril, representando elevação de 1,6 bilhão. Concorreram para tal comportamento os seguintes fatores: a) aumento de R$ 1,1 bilhão no repasse referente ao pagamento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras na exploração de petróleo e gás; b) incremento de R$ 528,2 milhões nas transferências aos fundos de participação, como conseqüência da maior arrecadação de IR em abril, com reflexo no repasse efetuado em maio; e c) repasse de R$ 162,5 milhões referente ao auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações (Lei Complementar nº 115/2002), correspondente a 1/12 da dotação consignada para esse fim na Lei Orçamentária Anual (LOA). Ressalte-se que a transferência de recursos da Cide-Combustíveis no valor de R$ 414,9 milhões, ocorrida em abril, relativa à arrecadação apurada no trimestre encerrado em março, não teve correspondência em maio (conforme estabelecido na Lei nº 10.866/2001, as transferências da Cide-Combustíveis ocorrem no mês subseqüente ao encerramento de cada trimestre).

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)

R$ milhões

Decêndio	ABR/06	MAI/06
Terceiro Decêndio	6.873,3	8.788,3
Primeiro Decêndio	3.765,5	3.335,3
Segundo Decêndio	2.262,7	2.035,7
Total	**12.901,6**	**14.159,2**

Na comparação entre o acumulado de 2006 e o de 2005, as transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo da ordem de R$ 2,9 bilhões (8,4%), elevando-se de R$ 34,9 bilhões em 2005 para R$ 37,8 bilhões em 2006. Destaca-se a evolução das transferências constitucionais que, acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas, superaram em R$ 3,1 bilhões (11,5%), as transferências realizadas no mesmo período de 2005. Também houve acréscimo de R$ 1,1 bilhão nas demais receitas, dos quais R$ 877,8 milhões referentes ao repasse de royalties e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás, em decorrência, basicamente, do aumento de produção e dos elevados patamares do preço internacional do petróleo. Por outro lado, a transferência a título de auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações apresentou queda de R$ 1,2 bilhão, em função da não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA-2006) até 16 de maio de 2006. Cabe destacar, no entanto, que foram repassados em janeiro R$ 447,2 milhões relativos ao montante adicional de R$ 900,0 milhões autorizado em 2005, com impacto financeiro verificado em dezembro e janeiro, conforme disposto na Medida Provisória nº 271, de 2005, e em maio – R$ 162,5 milhões – já com a LOA-2006 aprovada.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2005-2006 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	ABR/06	MAI/06
Constitucionais (IR, IPI e outros)	5.891,7	6.420,0
CIDE-Combustíveis	414,9	-
Desoneração do ICMS	-	162,5
Demais	751,6	2.091,0
Total	**7.058,2**	**8.673,4**

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN-MAI (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	26.467,1	29.517,4
CIDE - Combustíveis	870,0	861,5
Lei Complementar nº 115/2002	1.791,9	609,7
Demais	5.729,8	6.814,3
Total	**34.858,8**	**37.802,9**

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 17,8 bilhões, apresentando aumento de R$ 2,7 bilhões (18,1%) relativamente a abril. A maior parte dessa variação, R$ 2,5 bilhões (aumento de 32,4%), referiu-se a despesas de custeio e capital – concentrada nas demais despesas de custeio e capital (R$ 2,0 bilhões). Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram o maior

incremento percentual (77,8%) – equivalente a R$ 277,3 milhões. As despesas de pessoal e encargos sociais cresceram 2,9% (R$ 212,4 milhões) em relação ao mês anterior.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2005-2006 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	ABR/06	MAI/06
Pessoal e Encargos	**7.250,8**	**7.463,2**
Custeio e Capital	**7.778,2**	**10.301,1**
Despesas do FAT	911,9	1.056,9
Subsídios e Subvenções /1	356,2	633,5
LOAS/RMV	868,6	1010,2
Outras	5.641,5	7.600,5
Transferência ao Bacen	**63,7**	**56,3**

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R$ 10,3 bilhões, dos quais R$ 7,6 bilhões relativos a outras despesas de custeio e capital. Os aumentos dos gastos com LOAS/RMV de R$ 141,6 milhões, refletem, basicamente, o efeito do reajuste do salário mínimo a partir de 1º de abril, com impacto financeiro em maio.

O aumento nos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas decorreu, principalmente, dos gastos com o Programa Aquisições do Governo Federal (R$ 157,5 milhões), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (R$ 142,5 milhões), Programa de Incentivo às Exportações – Proex (R$ 56,4 milhões) e Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R$ 44,8 milhões). A execução das despesas referentes ao PSH correspondeu integralmente a restos a pagar de 2005. No âmbito do Programa Aquisições do Governo Federal (AGF), o aumento dos gastos é explicado, principalmente, pelas compras líquidas de milho e arroz.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, 2005-2006 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO /1	ABR/06	MAI/06
Agricultura	**187,8**	**307,0**
Custeio Agropecuário	25,9	10,6
Investimento Rural	0,1	0,1
Preços Agrícolas	100,8	198,0
- EGF	*0,5*	*0,2*
- AGF	*(0,0)*	*157,5*
- Sustentação de preços	*100,3*	*40,3*
Pronaf	41,8	86,6
Pesa	19,2	11,7
Fundo da Terra/Incra	3,2	1,2
Outras áreas	**(88,8)**	**113,7**
Habitação (PSH)	-	142,5
Exportação (Proex)	(33,6)	22,7
FND (BNDES)	(58,4)	(52,8)
Total	**99,0**	**420,8**

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

No âmbito das demais despesas de custeio e capital, houve incremento de R$ 49,6 milhões nos gastos com o funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, R$ 47,8 milhões na execução das despesas decorrentes de créditos extraordinários e R$ 32,5 milhões com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, 2005-2006 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	ABR/06	MAI/06
Sentenças Judiciais	13,6	12,5
Legislativo/Judiciário	330,4	380,0
Crédito Extraordinário	138,7	186,5
Projeto Piloto de Investimento/3	86,1	118,6
Outras Obrigatórias/1	41,3	42,6
Discricionárias/2	5.031,4	6.860,4
d/q Min. da Saúde	2.316,0	3.345,5
Min. do Desen. Agrário	69,7	318,3
Min. do Desen. Social	678,8	800,4
Min. da Defesa	232,2	316,6
Min. da Educação	571,1	637,0
Min. da Ciência e Tecnologia	122,7	170,3
Min. do Trabalho e Emprego	56,8	45,8
Min. das Relações Exteriores	87,9	61,7
Min. da Integração Nacional	102,6	56,8
Demais	793,6	1.107,9
Total	**5.641,5**	**7.600,5**

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.

3/ Inclui despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

As despesas discricionárias apresentaram aumento de R$ 1,8 bilhão (36,4%), concentradas principalmente nos Ministérios da Saúde (R$ 1,0 bilhão), Desenvolvimento Agrário (R$ 248,6 milhões), Desenvolvimento Social (R$ 121,6 milhões), Defesa (R$ 84,4 milhões), Educação (R$ 65,9 milhões) e Ciência e Tecnologia (R$ 47,6 milhões). Por outro lado, houve redução dessas despesas nos Ministérios da Integração Nacional, Relações Exteriores e Trabalho e Emprego (R$ 83,0 milhões).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos primeiros cinco meses de 2006, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,49% do PIB, contra 9,76% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R$ 11,3 bilhões (15,4%) em relação a 2005, acima do crescimento do PIB nominal no período (7,4%). Destacam-se os incrementos de R$ 4,7 bilhões (13,1% ou 0,25 ponto percentual do PIB) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R$ 6,6 bilhões (17,8% ou 0,48 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital.

As despesas com pessoal e encargos sociais passaram a representar uma proporção menor das despesas do Tesouro em 2006 (48,1%), em comparação ao ano anterior (49,1%), enquanto as despesas de custeio e capital corresponderam, no mesmo período, a 51,6%, contra 50,5% em 2005.

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,79% do PIB, em 2005, para 5,05% do PIB, em 2006. Vale destacar que, em vista da legislação em vigor, o aumento do salário mínimo repercute sobre as despesas de pessoal e encargos da União, mesmo nos casos em que a remuneração total (vencimento básico acrescido das vantagens pecuniárias) de determinadas categorias de servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, é superior ao salário mínimo. Isso representa potencial de impacto fiscal significativo e crescente. Para maiores detalhes, vide boxe 1.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	**4,79%**	**5,05%**
Custeio e Capital	**4,93%**	**5,41%**
Despesas do FAT	0,47%	0,55%
Subsídios e Subvenções /1	0,37%	0,45%
LOAS/RMV	0,46%	0,55%
Outras	3,64%	3,86%
Transferência ao Bacen	**0,04%**	**0,03%**

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,93% do PIB, para 5,41% do PIB, registrou o maior incremento a rubrica 'outras despesas de custeio e capital' (0,22 p.p. do PIB).

As despesas com LOAS/RMV aumentaram 29,6% em 2006. A média dos benefícios emitidos no primeiro quadrimestre é 10% superior à média de igual período do ano anterior.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R$ 1,0 bilhão (29,6%) em relação ao acumulado de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2006 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 10% no período (média contra média), que apesar de inferior à variação observada nos anos anteriores, não compensou o aumento do salário mínimo (16,7%). Do total de benefícios pagos, 1,1 milhão foram destinados aos idosos e 1,2 milhão aos portadores de deficiência.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2006

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média jan-mai/05	2.111.718		965.206		1.146.512	
média jan-mai/06	2.331.776	10%	1.096.917	14%	1.234.859	8%

Boxe 1 – Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal

A despesa com pessoal e encargos da União segue dinâmica própria, distinta de outros gastos de custeio. Isso porque, independentemente dos aumentos associados à política de valorização do servidor, há um crescimento inercial da folha de salários decorrente, basicamente, de três fatores: contratação de novos servidores, progressão funcional e impactos de aumentos no salário mínimo. Via de regra, associa-se o crescimento vegetativo apenas aos primeiros dois fatores, já que nenhum servidor público federal do Poder Executivo percebe remuneração inferior a R$ 598,03. Poder-se-ia supor, com elevado grau de certeza, que reajustes do piso nacional de salários não deveriam gerar impactos adicionais para a União. Daí a necessidade de se explicitar de forma detalhada como o aumento do salário mínimo impacta a folha do Governo Federal.

Por força da legislação em vigor, a concessão do reajuste do salário mínimo repercute automaticamente na remuneração total de certas categorias de servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, pelo fato do vencimento básico ser inferior ao salário mínimo, apesar da remuneração (vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei) ser notoriamente superior. A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estatui o seguinte em seu art. 40:

"Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Parágrafo único. Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário-mínimo."

Atualmente, existem 48 carreiras (distribuídas no nível auxiliar, intermediário e superior) cujo vencimento básico inicial é inferior ao salário mínimo vigente, muito embora as respectivas remunerações totais sejam marcadamente superiores ao nível de R$ 350,00. A título de exemplo, explicita-se a situação de um policial rodoviário federal em início de carreira. Até a promulgação, em 1º de abril, do aumento de R$ 50,00 no salário mínimo, esse servidor recebia uma remuneração inicial de R$ 4.989,89 (Fonte: SRH/MP – Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais). Após o aumento, tem-se uma elevação automática de aproximadamente R$ 729,11 na remuneração desse servidor, a qual passa a ser de R$ 5.719,00. Isso porque existe uma série de gratificações cuja base é o vencimento básico. Na medida em que esse vencimento básico é acrescido da parcela referente à diferença entre ele e o novo salário mínimo, tem-se uma elevação em cadeia de todas as gratificações vinculadas (gratificação por operações especiais: 90% sobre o vencimento básico + parcela complementar do salário mínimo; gratificação de atividade executiva: 160% sobre o vencimento básico + parcela complementar do salário mínimo; gratificação de atividade policial rodoviário federal: 200% sobre o vencimento básico + parcela complementar do salário mínimo; gratificação de desgaste físico e mental: 200% sobre o vencimento básico + parcela complementar do salário mínimo; e gratificação de atividade de risco: 200% sobre o vencimento básico + parcela complementar do salário mínimo).

Trata-se de fato que gera impacto fiscal significativo e crescente, uma vez que a cada novo real de incremento do salário mínimo, novas carreiras e/ou padrões – antes não contemplados por conta de possuírem um vencimento básico superior ao piso nacional – passarão a ser beneficiados.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R$ 3,6 bilhões no período de janeiro a maio de 2006, incremento de R$ 856,0 milhões, grande parte explicado pelos subsídios aos fundos regionais (R$ 669,7 milhões), reflexo do maior provisionamento em vista do aumento dos índices de inadimplência e da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005 – com impacto sobre o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Além disso, houve incremento nas despesas relativas ao aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos – Emgea (R$ 291,4 milhões).

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-MAI (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO /1	2005	2006/2
Agricultura	**642,0**	**1.091,8**
Custeio Agropecuário	90,0	70,4
Investimento Rural	27,5	300,7
Preços Agrícolas	384,2	489,3
- EGF	*0,8*	*1,5*
- AGF	*321,1*	*169,2*
- Sustentação de preços	*62,3*	*318,6*
Pronaf	102,9	-0,7
Pesa	0,0	143,1
Cacau	0,0	0,6
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	37,5	88,4
Outros	**431,3**	**-123,6**
Habitação (PSH)	112,4	149,0
FND	153,6	-240,5
Exportação (Proex)	165,2	-32,0
Total	**1.073,3**	**968,2**

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
/2 Dados revistos

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda em relação ao ano anterior, com destaque para as despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R$ 394,1 milhões), Proex (R$ 197,3 milhões), Programa de Aquisição Governo Federal (R$ 151,9 milhões) e Programa Nacional de Agricultura Familiar (R$ 103,5 milhões). Por outro lado, houve incremento nos seguintes programas: i) Sustentação de Preços (R$ 256,3 milhões), em linha com a política de utilização de novos instrumentos de intervenção menos custosa para a sociedade, em contrapartida à utilização do AGF; ii) Investimento Rural (R$ 273,2 milhões), que correspondeu integralmente à execução de restos a pagar de 2005, e; iii) Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa (R$ 143,1 milhões) em decorrência de inscrições na dívida ativa.

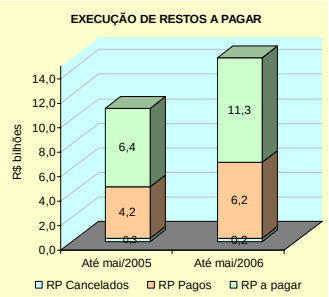
No que se refere às outras despesas de custeio e capital, verificou-se incremento de R$ 3,8 bilhões em relação ao período janeiro a maio de 2005. As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO2006), totalizaram R$ 592,4 milhões em 2006, contra R$ 6,5 milhões no ano anterior. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no período atingiu R$ 705,4 milhões.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, JAN-MAI (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	618,8	874,2
Legislativo/Judiciário	1.528,8	1.734,8
Crédito Extraordinário	143,9	619,1
Projeto Piloto de Investimento/3	6,5	592,4
Outras Obrigatórias/1	318,7	159,0
Discricionárias/2	24.751,0	27.197,0
d/q Min. da Saúde	12.476,5	13.692,6
Min. da Educação	2.035,4	2.611,5
Min. da Desen. Social	2.824,9	3.264,5
Min. da Integração Nacional	170,9	379,2
Min. dos Transportes	587,0	742,2
Gab. da Pres. da República	176,8	275,7
Min. da Fazenda	513,3	422,4
Min. da Previdência Social	433,8	333,4
Min. da Defesa	1.475,2	1.155,0
Demais	4.057,1	4.320,4
Total	**27.367,7**	**31.176,6**

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.
3/ Inclui despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

As despesas com sentenças judiciais aumentaram em R$ 255,4 milhões (41,3%) em relação ao ano passado. Houve também elevação de R$ 475,3 milhões (330,4%) com execução de despesas por conta de créditos extraordinários. Os gastos discricionários cresceram R$ 2,4 bilhões (9,9%), dos quais R$ 1,2 bilhão correspondeu à despesa com o Ministério da Saúde. Houve também crescimento significativo dessas despesas nos Ministérios da Educação (R$ 576,1 milhões) e do Desenvolvimento Social (R$ 439,6 milhões). Destaca-se ainda a redução dessas despesas do Ministério da Previdência Social (R$ 100,4 milhões), concentrada no item de custeio.



Com relação à execução de restos a pagar (RP) no período de janeiro a maio de 2006, o montante pago correspondeu a R$ 6,2 bilhões, equivalente a 35,6% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 29,6% no mês anterior e 39,4% no mesmo período de 2005. Dos restos a pagar pagos até maio, R$ 3,3 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 26,7% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R$ 989,2 milhões), Saúde (R$ 558,8 milhões), Educação (R$ 406,1 milhões), Defesa (R$ 270,3 milhões), Integração Nacional (R$ 220,8 milhões) e Cidades (R$ 193,9 milhões).

Previdência Social

Em maio, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R$ 3,3 bilhões; esse valor é R$ 701,8 milhões (26,9%) superior ao montante verificado no mês anterior, refletindo o reajuste nominal de 16,7% do salário mínimo e de 5,0% dos demais benefícios concedidos no mês de abril. Com isso, o déficit do RGPS acumulado nos primeiros cinco meses de 2006 é de R$ 15,8 bilhões, contra R$ 12,9 bilhões observados em igual período de 2005 (incremento de 22,2%).

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ABR	MAI	JAN-MAI	
	2006	2006	2005	2006
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	**9.280,9**	**9.573,3**	**40.440,2**	**45.570,4**
Arrecadação Bruta	10.011,6	10.343,9	43.662,0	49.852,5
- Contribuição Previdenciária	9.246,5	9.583,6	40.615,3	45.952,7
- Simples	595,9	601,7	1.888,9	2.827,6
- CFT	22,0	9,3	278,8	225,7
- Depósitos Judiciais	107,2	108,9	648,6	640,4
- Refis	24,3	23,9	160,8	122,2
- Outras Receitas	15,7	16,5	69,6	84,0
(-) Restituição/Devolução	-30,2	-40,6	-215,3	-156,7
(-) Transferências a Terceiros	-700,5	-729,9	-3.006,5	-4.125,4
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	**11.890,6**	**12.884,8**	**53.382,7**	**61.388,9**
III. RESULTADO PRIMÁRIO	**-2.609,7**	**-3.311,5**	**-12.942,5**	**-15.818,5**
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			**-1,72%**	**-1,96%**

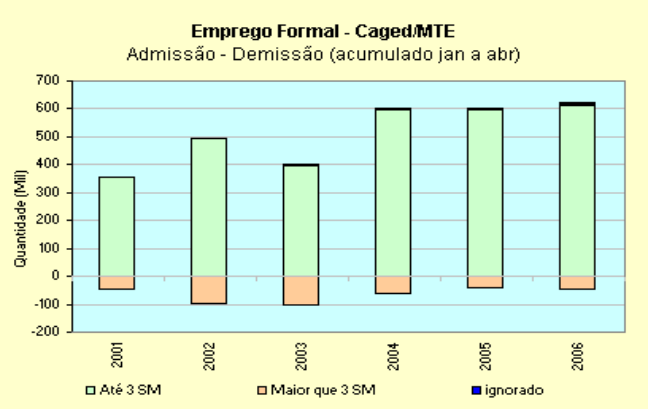
Em maio, o déficit da Previdência Social foi de R$ 3,3 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R$ 15,8 bilhões, equivalentes a 1,96% do PIB.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R$ 9,6 bilhões em maio, representando aumento de 3,2% frente aos ingressos líquidos de abril, que foram de R$ 9,3 bilhões. Tal comportamento deve-se essencialmente ao aumento na arrecadação de contribuições previdenciárias, que passou de R$ 9,2 bilhões para R$ 9,6 bilhões, em conseqüência do aumento do salário mínimo no mês anterior bem como da correção do teto de contribuição previdenciária. A despesa com benefícios, por sua vez, elevou-se de R$ 11,9 bilhões para R$ 12,9 bilhões, importando em aumento de 8,4%.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-MAI (R$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	40,4	45,6	12,7%
Benefícios	53,4	61,4	15,0%
Resultado Primário	**-12,9**	**-15,8**	**22,2%**

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu em R$ 5,1 bilhões (12,7%) frente ao mesmo período de 2005, refletindo, principalmente, a elevação da massa salarial. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada no primeiro quadrimestre de 2006 foi 11,41% superior à do período correspondente em 2005. Além disso, o comportamento do emprego no setor formal exerceu impacto direto nas receitas previdenciárias, através da contribuição sobre a folha de pagamento. Segundo dados do Caged, foram gerados 570 mil novos empregos entre janeiro e abril de 2006, frente a 558 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.



Durante os cinco primeiros meses de 2006, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R$ 61,4 bilhões, representando crescimento de R$ 8,0 bilhões (15,0%) em relação ao mesmo período de 2005. Isso é explicado por dois fatores: (i) um aumento de R$ 37,89 (8,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como conseqüência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) uma elevação de 516,1 mil (2,5%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Em menor escala, registrou-se também uma elevação nas despesas com sentenças judiciais, que passaram de R$ 2,3 bilhões no acumulado de janeiro a maio de 2005 para R$ 2,4 bilhões no mesmo período de 2006, representando incremento de 7,9%.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-MAI

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,3	23,9	2,9%
Quantidade RGPS*	20,6	21,1	2,5%
Valor médio Total**	451,8	490,6	8,6%
Valor médio RGPS**	475,0	512,9	8,0%

(*) em milhões
(**) em R$ 1,00

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

Em mil benefícios

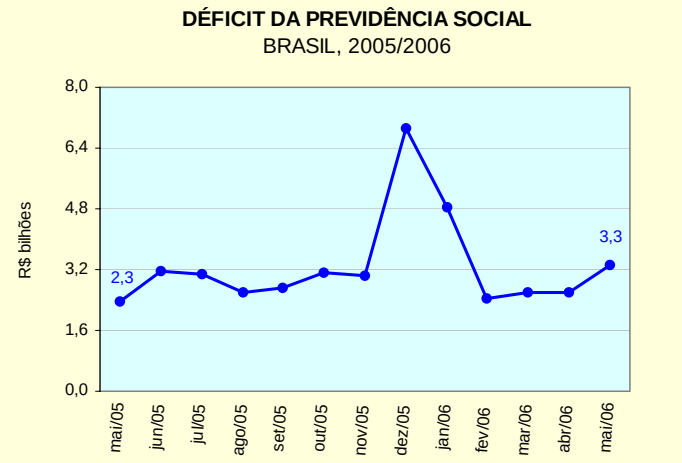
	ABR	MAI	MÉDIA JAN-ABR	
	2006	2006	2005	2006
TOTAL	**23.904**	**23.970**	**23.264**	**23.947**
Benefícios do RGPS	**21.046**	**21.103**	**20.587**	**21.103**
Previdenciários	**20.317**	**20.378**	**19.832**	**20.365**
Aposentadorias	13.187	13.235	12.698	13.158
Idade	6.751	6.768	6.499	6.732
Invalidez	2.709	2.717	2.550	2.702
Tempo de contribuição	3.727	3.750	3.649	3.723
Pensão por morte	5.828	5.853	5.661	5.818
Auxílio-Doença	1.231	1.214	1.401	1.317
Salário - maternidade	38	42	46	39
Outros	34	34	27	33
Acidentários	**729**	**725**	**756**	**738**
Aposentadorias	145	146	138	145
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	97	93	130	107
Auxílio - acidente	268	269	266	268
Auxílio - suplementar	88	88	91	88
Assistenciais	**2.849**	**2.858**	**2.667**	**2.835**
Amparos Assistenciais - LOAS	2.349	2.363	2.112	2.332
Idoso	1.108	1.117	965	1.097
Portador de deficiência	1.242	1.247	1.147	1.235
Pensões mensais vitalícias	17	16	17	17
Rendas mensais vitalícias	483	478	538	486
Idade	151	149	175	153
Invalidez	332	329	363	334
Encargos Previdenciários da União (EPU)	**9**	**10**	**10**	**9**

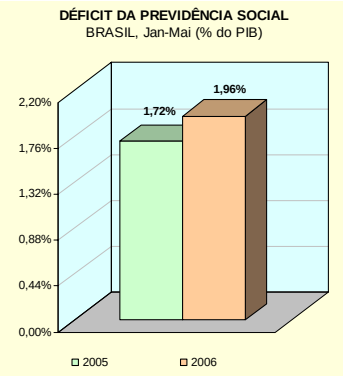
O crescimento do número médio de benefícios pagos de janeiro a maio de 2006 contra a média do mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 467,2 mil aposentadorias (3,6%), 220,1 mil de LOAS (10,4%) e 157,2 mil pensões por morte (2,7%).

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,26 ponto percentual em relação aos primeiros cinco meses do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,50 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 1,96% do PIB, sendo assim 0,24 ponto percentual superior ao patamar de 1,72% do PIB registrado no período correspondente em 2005.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,38%	5,64%
Benefícios	7,10%	7,60%
Resultado Primário	**-1,72%**	**-1,96%**





A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de maio com saldo de R$ 529,7 bilhões, superando em R$ 16,5 bilhões o do mês anterior, em decorrência, principalmente, do efeito da depreciação cambial sobre o valor em moeda nacional da Dívida Externa Líquida. No âmbito interno, o estoque da DPMFi apresentou redução de R$ 4,7 bilhões, em função dos resgates líquidos no mês, em especial das LFT. Por essa razão, os títulos remunerados pela taxa Selic tiveram sua participação na DPMFi reduzida em 2,01 pontos percentuais, ao passo que os prefixados aumentaram 1,96 ponto percentual.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em maio, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional aumentou R$ 16,5 bilhões, passando de R$ 513,2 bilhões ao final de abril para R$ 529,7 bilhões. Esse acréscimo esteve concentrado basicamente na Dívida Externa Líquida, cujo crescimento foi de R$ 16,4 bilhões, explicado majoritariamente pela depreciação do real frente ao dólar norte-americano. Além desse fator, o saldo em moeda norte-americana também apresentou acréscimo, da ordem de US$ 1,1 bilhão, em virtude da realização de empréstimos programáticos setoriais junto ao Banco Mundial.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu R$ 529,7 bilhões em maio, sendo R$ 377,6 bilhões no âmbito interno e R$ 152,1 bilhões externo.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	
	MAI	ABR	MAI
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**275.265**	**377.495**	**377.604**
Dívida Mobiliária em Poder do Público[1]	878.750	1.002.197	997.517
Dívida Contratual da STN	-450.188	-454.213	-448.226
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-153.297	-170.489	-171.687
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**181.743**	**135.714**	**152.080**
Dívida Mobiliária em Poder do Público	148.545	108.178	119.588
Títulos Depositados em Garantia	-3.690	0	0
Dívida Contratual	37.208	27.856	32.862
Disponibilidades	-319	-320	-370
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	**457.008**	**513.208**	**529.684**
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	**24,8%**	**25,9%**	**26,6%**

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado passou de R$ 377,5 bilhões, em abril, para R$ 377,6 bilhões, em maio. Em relação ao PIB

acumulado em 12 meses, no entanto, houve pequena redução, da ordem de 0,1 ponto percentual. Quanto aos seus componentes, a dívida mobiliária em mercado reduziu-se em R$ 4,9 bilhões, resultado dos resgates líquidos superiores à apropriação por competência dos juros nominais. Por outro lado, os haveres contratuais reduziram-se em R$ 4,8 bilhões, explicado em grande medida pela redução do saldo de arrecadação a recolher, referente a tributos federais disponíveis na rede bancária no último dia do mês.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	
	MAI	ABR	MAI
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**275.265**	**377.495**	**377.604**
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	**878.750**	**1.002.197**	**997.517**
LFT	499.448	453.762	431.610
LTN	190.553	262.579	279.637
NTN-B	27.353	147.028	144.794
NTN-C	81.536	64.137	64.806
NTN-D	5.672	3.637	4.039
Demais	46.281	49.720	52.064
Dívida Securitizada	25.026	17.936	16.895
TDA	2.881	3.398	3.672
DÍVIDA CONTRATUAL	**-603.485**	**-624.702**	**-619.912**
Tesouro Nacional	-450.188	-454.213	-448.226
Dívida Bancária	24.961	24.539	24.456
Lei nº 7.976/89	-6.896	-5.130	-5.473
Lei nº 8.727/93	-48.086	-47.401	-47.232
Lei nº 9.496/97	-249.797	-253.340	-253.676
Renegociação Dívida Municipais	-37.529	-38.793	-38.777
Demais Haveres da STN	-132.842	-134.089	-127.525
Fundos, Autarquias e Fundações	-153.297	-170.489	-171.687
FAT	-109.979	-122.474	-122.960
Demais Entidades	-43.318	-48.015	-48.727
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	**47,8%**	**50,5%**	**50,0%**
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	**-32,8%**	**-31,5%**	**-31,1%**
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	**-24,5%**	**-22,9%**	**-22,5%**
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	**15,0%**	**19,0%**	**18,9%**

Em maio, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 377,6 bilhões.

Emissões e Resgates

Em maio, as emissões da DPMFi corresponderam a R$ 19,5 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, alcançaram R$ 37,5 bilhões. Com isso, observou-se resgate líquido de R$ 18,1 bilhões. Destacaram-se os resgates líquidos de LFT, de R$ 27,9 bilhões, e as emissões líquidas de LTN, de R$ 13,4 bilhões.

No mês de maio, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R$ 18,1 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R$ 19,2 bilhões, sendo: i) R$ 13,7 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro de 2007, 2008 e 2009; ii) R$ 4,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de

2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R$ 990,2 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2012 e 2014; e iv) R$ 78,2 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R$ 285,0 milhões, sendo as mais importantes: i) R$ 267,2 milhões em TDA, para fins de indenizações de desapropriações para a reforma agrária; ii) R$ 13,2 milhões em NTN-I para o Proex; e iii) R$ 4,6 milhões em títulos da dívida securitizada para novação de dívidas com o FGTS e com a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em maio, o programa Tesouro Direto alcançou R$ 47,9 milhões em vendas. Em relação ao mesmo período em 2005 observou-se um aumento de 7,1% no montante vendido.

O título mais demandado pelos investidores foi a NTN-B (incluindo NTN-B Principal), representando 35,1% do montante vendido, seguida pela LTN (30,9%) e pela LFT (25,4%).

No mês, ocorreu o cadastro de 1.923 novos investidores no Tesouro Direto, o que representou um aumento de 30,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Destaca-se que o número de investidores cadastrados, desde o início do programa, atingiu 59.828 pessoas.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, MAI/2006

R$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	**19.152,5**	**285,0**	**47,9**	**19.485,4**
LFT	0,0	0,0	12,2	12,2
LTN	13.723,1	0,0	14,8	13.737,9
NTN-B	4.361,0	0,0	16,8	4.377,8
NTN-C	78,2	0,0	0,8	79,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	990,2	0,0	3,3	993,5
TDA	0,0	267,2	0,0	267,2
Securitizada*	0,0	4,6	0,0	4,6
Demais	0,0	13,2	0,0	13,2
II. RESGATES**	**35.037,2**	**2.474,8**	**29,3**	**37.541,3**
LFT	27.361,1	540,7	6,2	27.908,1
LTN	344,1	0,0	8,1	352,1
NTN-B	7.189,2	417,9	9,5	7.616,7
NTN-C	142,7	0,0	4,4	147,1
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	1,1	1,1
TDA	0,0	13,7	0,0	13,7
Securitizada*	0,0	1.175,4	0,0	1.175,4
Demais	0,0	327,1	0,0	327,1
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	**-15.884,7**	**-2.189,8**	**18,6**	**-18.055,8**

* Inclui dívida agrícola.
** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R$ 47,9 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R$ 16,8 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; ii) R$ 14,8 milhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2007, janeiro e julho de 2008 e janeiro de 2009; iii) R$ 12,2 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2010; iv) R$ 3,3 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010 e 2012; e v) R$ 797,9 mil em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados em maio atingiu R$ 37,5 bilhões, dos quais R$ 35,5 bilhões referem-se ao pagamento de principal e juros e R$ 2,0 bilhões a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R$ 423,7 milhões em NTN-B, R$ 353,9 milhões em LFT, R$ 70,6 milhões em NTN-C e R$ 1,4 milhão em TDA, todos aceitos nos leilões de NTN-B; ii) R$ 27,3 milhões em NTN-C e R$ 12,1 milhões em LFT, ambos aceitos nos leilões de NTN-C; iii) R$ 1,1 bilhão em títulos da dívida securitizada, em pagamento de dividendos do BNDES e da Caixa Econômica Federal; e iv) R$ 401,7 mil em TDA, para pagamento de ITR da União.

Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

O Tesouro Nacional realizou, no mês de maio, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M, visando fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços.

O montante emitido de NTN-C, em maio, foi de R$ 78,2 milhões. No leilão realizado nos dias 27 e 28 de abril, com liquidação financeira no dia 2 de maio, foram ofertados títulos com vencimentos em 2017, 2021 e 2031, sendo que as taxas de venda para os títulos foram de 8,00% a.a., 7,95% a.a. e 7,90% a.a., respectivamente. Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2021 foi o título mais vendido, representando 48,8% do total negociado. Do montante total emitido, 52,1% (R$ 40,7 milhões) foram recebidos em dinheiro e 47,9% (R$ 37,5 milhões) recebidos em troca por outros títulos.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em maio foi de R$ 4,4 bilhões. No leilão realizado em 9 e 10 de maio, com liquidação financeira no dia 11, foram emitidos R$ 2,0 bilhões. Desse montante 59,4% (R$ 1,2 bilhão) foram recebidos em dinheiro e 40,6% (R$ 825,3 milhões) em troca por outros títulos. O título mais vendido foi aquele com vencimento em 2011, representando 49,5% do total vendido e saindo à taxa de 9,80% a.a.. Os títulos com vencimento em 2009, 2015, 2024, 2035 e 2045 foram vendidos às taxas de 9,95% a.a., 9,20% a.a., 8,00% a.a., 8,00% a.a. e 8,00% a.a., respectivamente. Nos leilões realizados no mês, destaca-se o prazo médio de emissão das NTN-B, com 91,6% dos títulos emitidos a vencer em 4 anos ou mais.

Leilão Simultâneo de Compra e Venda de NTN-B

O Tesouro realizou, excepcionalmente no mês de maio, leilões simultâneos de compra e venda de NTN-B, com o intuito de promover parâmetros de preços aos participantes, bem como conceder maior liquidez ao mercado financeiro, em virtude da volatilidade presente na semana do dia 22 de maio. Os leilões foram realizados nos dias 24, 25 e 26 de maio com liquidação financeira em 25, 26 e 29 de maio, respectivamente. Esta estratégia condiz com o comportamento histórico do Tesouro, que sempre atuou em momentos de volatilidade (1997, 2002 e 2004) como um agente estabilizador do mercado, tendo, mais uma vez, alcançado o seu objetivo.

O total resgatado pelo Tesouro foi de R$ 1,8 bilhão no dia 24, R$ 1,1 bilhão no dia 25 e R$ 1,1 bilhão no dia 26. Já o montante vendido foi de R$ 687,1 milhões no primeiro, R$ 677,8 milhões no segundo e R$ 965,1 milhões no terceiro dia. Desta forma, os leilões simultâneos de compra e venda de NTN-B resultaram em resgate líquido de R$ 1,6 bilhão. A queda nos valores líquidos resgatados (R$ 1,1 bilhão no primeiro, R$ 425,5 milhões no segundo e R$ 159,5 milhões no terceiro dia) e nos *spreads* entre compra e venda comprovam que a estratégia foi bem recebida pelo mercado, fornecendo parâmetros de preço para a negociação dos títulos do Tesouro e tranqüilizando o mercado.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se redução de 2,01 pontos percentuais na participação dos títulos indexados à taxa Selic, em função do resgate líquido de LFT, no valor de R$ 27,9 bilhões. As participações de títulos remunerados por índices de preços e pela TR também sofreram redução, de 0,05 e 0,06 ponto percentual, respectivamente, devido ao resgate líquido de NTN-B (R$ 3,2 bilhões), NTN-C (R$ 68,1 milhões) e títulos da dívida securitizada (R$ 1,2 bilhão).

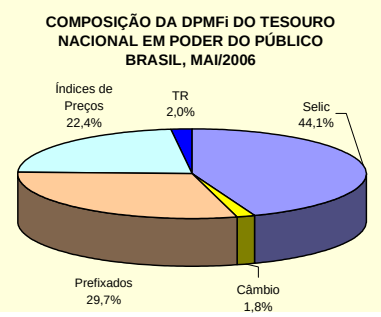
Os resgates de LFT provocaram redução de 2,01 pontos percentuais dos títulos indexados à taxa Selic na composição da DPMFi. Em movimento inverso, os títulos prefixados tiveram sua participação aumentada em 1,96 ponto percentual, devido às emissões líquidas de LTN e NTN-F.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2005/2006

(%)

INDEXADOR	2005	2006	
	MAI	ABR	MAI
Selic	58,29	46,06	44,05
Câmbio	2,34	1,63	1,79
Prefixados	22,44	27,74	29,70
Índices de Preços	14,44	22,47	22,42
TR	2,49	2,10	2,04

* Não inclui dívida agrícola.



Por outro lado, as emissões líquidas de LTN (R$ 13,4 bilhões) e de NTN-F (R$ 992,4 milhões) provocaram aumento de 1,96 ponto percentual na participação de títulos com rentabilidade prefixada. Já os títulos atrelados ao dólar, basicamente as NTN-D, tiveram um pequeno aumento na participação da DPMFi em função da depreciação da moeda nacional, dado que não ocorreu qualquer operação de resgate ou emissão desses títulos.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 13,97% a.a., em abril, para 17,33% a.a., em maio, devido à: i) depreciação do real frente ao dólar americano (de 10,11% em maio contra apreciação de 3,83% em abril), afetando significativamente o custo anualizado da NTN-D; ii) inflação registrada pelo IGP-M (0,38% em maio contra uma deflação de 0,42% em abril), aumentando os custos da NTN-C; e iii) da elevação da TR (0,19% em maio contra 0,09% em abril), com reflexos nos custos da dívida securitizada e do TDA. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 15,14% a.a. em abril para 15,30% a.a. em maio.

TABELA 8

CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

BRASIL, 2005/2006

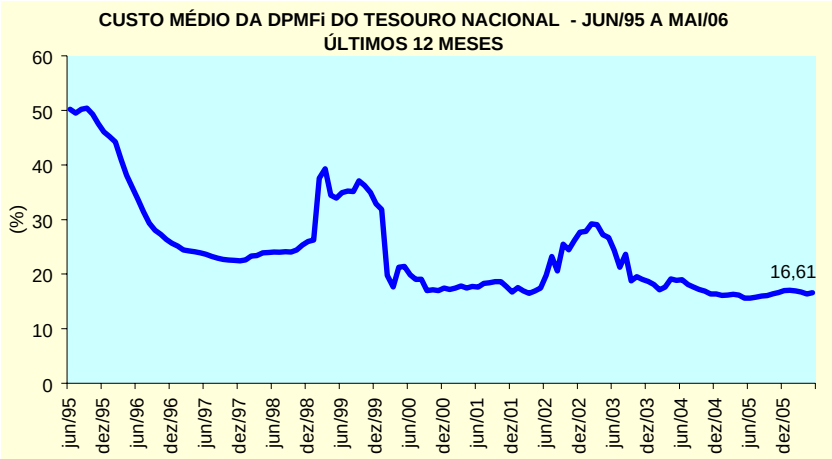
(% anual)

PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2005	Mai	17,35	15,35
	Jun	16,91	15,98
	Jul	17,19	17,50
	Ago	16,95	16,39
	Set	17,17	15,08
	Out	18,84	19,04
	Nov	18,18	17,33
	Dez	17,09	18,44
2006	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio anualizado da DPMFi aumentou 0,16 ponto percentual.

O custo médio da DPMFi acumulado em 12 meses aumentou de 16,37% a.a., em abril, para 16,61% a.a., em maio, em virtude da depreciação do real frente ao dólar (10,11% em maio de 2006 contra apreciação de 5,04% em maio de 2005) e da inflação registrada pelo IGP-M (0,38% em maio de 2006 contra uma deflação de 0,22% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



O custo médio da DPMFi acumulado em doze meses atingiu 16,61% a.a. em maio, apresentando elevação de 0,24 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Prazo Médio

Em maio, o prazo médio da DPMFi reduziu 0,35 mês, devido aos resgates líquidos de LFT (R$ 27,9 bilhões) e de NTN-B (R$ 3,2 bilhões), que são títulos mais longos que a média, não obstante as emissões de LTN, LFT e NTN-B com prazos médios (17,35 meses, 39,00 meses e 137,80 meses,

O prazo médio da DPMFi em poder do público passou de 29,79 meses em abril para 29,44 meses em maio.

respectivamente) superiores ao dos respectivos estoques em abril (10,69 meses, 18,01 meses e 58,81 meses). A vida média da DPMFi também se reduziu, passando de 45,09 meses, em abril, para 44,46 meses, em maio.

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

BRASIL, 2005/2006

Meses

TÍTULOS	2005	2006	
	MAI	ABR	MAI
LTN	6,97	10,69	10,01
LFT	18,24	18,01	18,03
NTN-B	105,81	58,81	58,65
NTN-C	66,51	80,41	79,42
NTN-D	17,24	11,33	10,23
TDA	63,07	61,15	60,51
Dívida Securitizada*	75,43	85,29	83,25
Demais	89,77	77,09	77,00
TOTAL	**27,69**	**29,79**	**29,44**

(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9

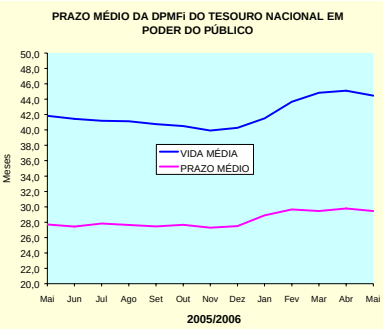
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

BRASIL, 2005/2006

Meses

PERÍODO		VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
			TOTAL	OF. PUB. (3)
2005	Mai	41,83	27,69	21,16
	Jun	41,44	27,42	21,01
	Jul	41,19	27,81	21,59
	Ago	41,13	27,65	21,43
	Set	40,75	27,46	21,43
	Out	40,52	27,67	21,87
	Nov	39,93	27,28	21,65
	Dez	40,28	27,49	21,90
2006	Jan	41,50	28,89	23,50
	Fev	43,67	29,67	24,59
	Mar	44,83	29,45	24,43
	Abr	45,09	29,79	24,83
	Mai	44,46	29,44	24,44

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Dívida Externa Líquida

Em maio, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional atingiu R$ 152,1 bilhões, o que representou uma elevação de 12,1% frente ao saldo observado em abril. Esse aumento é explicado tanto pela significativa depreciação da moeda nacional em relação ao dólar americano, de 10,11%, quanto pela elevação da dívida em moeda estrangeira. Na moeda norte-americana o saldo apresentou acréscimo de 1,77%, resultante da contratação de empréstimos junto ao BIRD, da ordem de US$ 1,2 bilhão, e da valorização de 1,55% do euro frente ao dólar, a despeito do pre-pagamento a algumas agências do Clube de Paris..

A Dívida Externa Líquida em maio aumentou R$ 16,4 bilhões, resultado da expressiva depreciação cambial no mês e da contratação de operações junto ao BIRD.

TABELA 10

DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

BRASIL, 2005/2006

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	
	MAI	ABR	MAI
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	**148.545**	**108.178**	**119.588**
Bônus de Renegociação	32.464	485	534
Bônus de Captação	116.080	107.692	119.053
II. DÍVIDA CONTRATUAL	**37.208**	**27.856**	**32.862**
Organismos Multilaterais	21.431	20.033	25.429
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.559	6.394	7.428
Clube de Paris	8.217	1.429	5
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	**185.752**	**136.033**	**152.450**
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	**-3.690**	**0**	**0**
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	**-319**	**-320**	**-370**
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	**181.743**	**135.714**	**152.080**
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	**9,9%**	**6,8%**	**7,6%**

O serviço da DPFe, em maio, totalizou R$ 2,2 bilhões, dos quais R$ 1,7 bilhão refere-se ao pagamento de principal e o restante ao pagamento de juros e encargos. Dando continuidade à estratégia de redução da vulnerabilidade

externa, os pré-pagamentos referentes ao Clube de Paris perfizeram R$ 1,6 bilhão, relativos, na sua quase totalidade, à amortização do principal.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, MAI/2006

R$ milhões

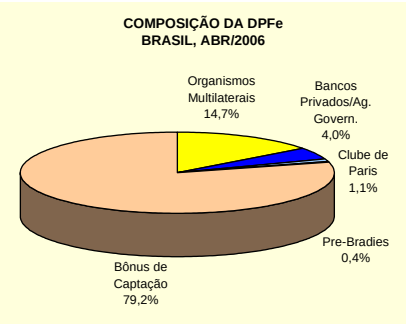
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS[1]	**1.722,6**	**526,2**	**2.248,8**
I.1. Organismos Multilaterais	124,3	114,2	238,5
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	53,9	19,6	73,5
I.3. Clube de Paris	1.544,4	22,0	1.566,4
I.4. Dívida Mobiliária	**0,0**	**370,5**	**370,5**
Global 2019	0,0	0,5	0,5
Global 2027	0,0	370,0	370,0

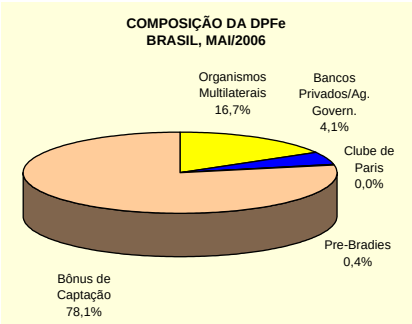
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R$ 2,2 bilhões no mês, dos quais R$ 1,6 bilhão referiram-se aos pré-pagamentos junto ao Clube de Paris.

Composição

Em relação à composição da DPFe, as obrigações junto a organismos multilaterais elevaram-se em 1,95 ponto percentual, devido às contratações junto ao BIRD. Em consequência, os demais componentes da DPFe tiveram sua participação reduzida, em especial os bônus de captação (1,07 ponto percentual), por representarem parcela expressiva da dívida externa, e as obrigações junto ao Clube de Paris (1,05 ponto percentual), devido aos pré-pagamentos ocorridos no mês.





A participação das obrigações junto a organismos multilaterais na DPFe aumentaram 1,95 ponto percentual em maio, em função de novos contratos junto ao BIRD.

Prazo e Custo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária externa passou de 6,86 anos em abril para 6,78 anos ao final de maio. Já a vida média passou de 13,76 anos para 13,62 anos, no mesmo período. Essa pequena redução está associada à aproximação do vencimento das obrigações, sem que tenha havido novas emissões em maio. No entanto, em relação ao ano anterior, observa-se elevação tanto do prazo médio quanto da vida média, reflexo da estratégia de recompra

dos títulos soberanos com vencimentos até 2010. O custo médio, em dólares, sofreu pequeno decréscimo, passando de 9,73% a.a. em abril para 9,71% a.a. em maio.

Em maio, o prazo médio e o custo médio da dívida pública mobiliária externa apresentaram pequena redução.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	
	MAI	ABR	MAI
PRAZO MÉDIO (1)	**5,74**	**6,86**	**6,78**
Bônus de Renegociação	5,55	3,42	3,34
Bônus de Captação	5,79	6,88	6,79
Globais	6,72	7,63	7,57
Euros	2,93	3,73	3,65
Demais	1,73	1,17	1,09
VIDA MÉDIA (2)	**11,57**	**13,76**	**13,62**
Bônus de Renegociação	9,77	7,37	7,29
Bônus de Captação	12,08	13,79	13,65
Globais	14,58	15,80	15,74
Euros	4,52	4,91	4,82
Demais	1,83	1,19	1,10
CUSTO MÉDIO (3)	**9,23**	**9,73**	**9,71**
Bônus de Renegociação	6,06	6,00	6,00
Bônus de Captação	10,11	9,74	9,73
Globais	10,45	9,86	9,85
Euros	9,76	9,78	9,78
Demais	6,05	6,60	6,59

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

Boxe 4 – Resultado Parcial do Programa de Resgate Antecipado dos Títulos da DPMFe

O Tesouro Nacional tem empreendido esforços no sentido de melhorar o perfil da Dívida Pública Federal - DPFe, em especial, da Dívida Pública Mobiliária Federal externa – DPMFe, o que vem reduzindo significativamente a percepção do risco-Brasil. No programa de médio prazo de utilização de reservas internacionais, que tem como objetivo a aquisição de títulos com vencimento até 2010 e *Brady Bonds*, o Banco Central atua como agente do Tesouro Nacional. Em valor financeiro, do início do ano até maio já foram empregados US$ 11,7 bilhões para o resgate antecipado dos títulos, tendo sido USD 6,6 bilhões relativos à *call* dos *Bradies*, realizada no dia 18 de abril. Outro impacto positivo do programa é o alongamento do perfil de vencimentos da dívida pública, com a retirada de vencimentos de curto prazo, e conseqüente redução do risco de refinanciamento do Tesouro e da percepção de risco país pelo mercado.

Troca do Global 2030 pelo Global 2034

Outra medida empreendida recentemente, também com o objetivo de melhorar o perfil da DPMFe e prover maior liquidez e eficiência à curva soberana brasileira, foi a operação de troca de títulos *Global 2030* por *Global 2034*. Na operação, iniciada em 15 de fevereiro com liquidação em 2 de junho, foi trocado um montante de aproximadamente USD 205 milhões desses títulos em valor financeiro, retirando-se de mercado cerca de 9,25% do estoque do *Global 2030*. Com a operação, haverá aumento da eficiência da curva soberana brasileira, já que se corrige em parte a distorção gerada pelo *Global 2030* (título considerado *high dollar price*, cujo cupom de juros é de 12,25%a.a.). Comparando-se os custos de financiamento, a troca gerou ganhos de valor presente líquido de aproximadamente US$ 1,2 milhão.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TESOURO NACIONAL

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R$ milhões

	Mai/2005	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2006
I. RECEITA TOTAL	**36.936,6**	**40.441,6**	**40.193,2**	**39.248,5**	**36.722,7**	**41.439,6**	**39.810,6**	**55.817,9**	**45.552,6**	**38.580,9**	**41.427,0**	**48.862,2**	**42.325,2**
I.1. Receitas do Tesouro	**28.638,9**	**31.692,4**	**31.604,4**	**30.212,9**	**27.864,4**	**32.627,2**	**30.660,0**	**40.231,3**	**37.276,1**	**29.132,5**	**32.082,8**	**39.461,1**	**32.633,4**
I.1.1. Receita Bruta	29.369,7	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.268,1	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.702,7	29.521,9	32.541,5	39.891,6	33.058,6
- Impostos	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.559,7	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0
- Contribuições	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.237,8	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4
- Demais (1)	3.162,8	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.586,7	5.905,2	2.514,3	3.764,1	7.520,4	5.019,2
I.1.2. (-) Restituições	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,6	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	**8.187,8**	**8.589,1**	**8.474,5**	**8.952,4**	**8.748,2**	**8.699,0**	**9.044,1**	**15.486,6**	**8.203,7**	**9.318,6**	**9.193,9**	**9.280,9**	**9.573,3**
I.3. Receitas do Banco Central	**109,9**	**160,1**	**114,3**	**83,3**	**110,1**	**113,3**	**106,5**	**100,0**	**72,8**	**129,8**	**150,3**	**120,2**	**118,5**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**7.996,6**	**6.648,0**	**6.463,2**	**6.751,1**	**5.401,6**	**6.330,7**	**8.216,6**	**9.266,7**	**8.434,3**	**7.274,0**	**6.363,0**	**7.058,2**	**8.673,4**
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	359,5	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	453,5	0,0	0,0	452,5	0,0	0,0	446,6	0,0	0,0	414,9	0,0
II.4. Demais	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**28.939,9**	**33.793,6**	**33.730,0**	**32.497,5**	**31.321,0**	**35.108,9**	**31.593,9**	**46.551,2**	**37.118,3**	**31.306,9**	**35.064,0**	**41.804,0**	**33.651,8**
IV. DESPESA TOTAL	**26.224,5**	**27.978,5**	**28.975,1**	**28.742,6**	**28.554,1**	**29.315,8**	**30.315,9**	**50.560,4**	**33.164,2**	**27.736,2**	**27.836,0**	**27.120,2**	**30.835,4**
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	**6.739,6**	**7.561,2**	**8.617,9**	**7.031,6**	**7.134,2**	**6.858,8**	**8.110,2**	**10.894,7**	**10.023,7**	**8.078,1**	**7.926,2**	**7.250,8**	**7.463,2**
IV.2. Benefícios Previdenciários	**10.530,9**	**11.735,9**	**11.561,3**	**11.560,7**	**11.461,3**	**11.836,4**	**12.071,4**	**22.400,5**	**13.047,8**	**11.759,4**	**11.806,3**	**11.890,6**	**12.884,8**
IV.3. Custeio e Capital	**8.773,6**	**8.510,1**	**8.618,5**	**9.827,9**	**9.784,9**	**10.425,5**	**10.000,8**	**17.079,3**	**10.002,2**	**7.723,9**	**7.901,7**	**7.778,2**	**10.301,1**
IV.3.1. Despesa do FAT	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9	529,2	992,2	911,9	1.056,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	424,4	347,7	525,5	349,6	1.001,1	1.531,4	553,7	3.235,2	2.200,8	422,7	31,8	356,2	633,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	712,2	819,6	821,7	826,6	830,3	837,5	840,9	848,3	850,9	852,5	862,2	868,6	1.010,2
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.774,8	6.482,2	5.962,0	6.914,3	6.680,8	6.975,6	7.405,4	12.065,6	5.999,7	5.919,4	6.015,5	5.641,5	7.600,5
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	**53,7**	**50,3**	**49,3**	**22,7**	**53,7**	**55,9**	**15,9**	**34,5**	**1,5**	**67,0**	**55,9**	**63,7**	**56,3**
IV.5. Despesas do Banco Central	**126,7**	**121,0**	**128,1**	**299,8**	**120,0**	**139,2**	**117,5**	**151,5**	**89,0**	**107,9**	**145,9**	**137,0**	**130,0**
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	**2.715,4**	**5.815,2**	**4.754,9**	**3.754,8**	**2.766,9**	**5.793,1**	**1.278,0**	**-4.009,2**	**3.954,1**	**3.570,7**	**7.228,0**	**14.683,8**	**2.816,4**
V.1. Tesouro Nacional	5.075,3	8.922,9	7.855,5	6.579,6	5.490,0	8.956,3	4.316,5	2.956,2	8.814,4	5.989,5	9.836,0	17.310,3	6.139,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5
V.3. Banco Central (6)	-16,8	39,1	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3	21,9	4,4	-16,8	-11,5
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	**331,7**	**168,2**	**331,2**	**435,0**	**209,0**	**154,0**	**110,4**	**0,0**	**234,7**	**161,7**	**350,3**	**179,3**	**280,7**
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-843,4**	**76,7**	**528,7**	**318,6**	**-46,1**	**374,8**	**-1.042,3**	**-381,4**	**-878,3**	**-461,0**	**-1.963,9**	**1.448,8**	**nd**
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	**2.203,8**	**6.060,0**	**5.614,8**	**4.508,5**	**2.929,8**	**6.321,9**	**346,1**	**-4.390,6**	**3.310,5**	**3.271,3**	**5.614,5**	**16.311,9**	**nd**
IX. JUROS NOMINAIS (8)	**-9.468,5**	**-13.248,6**	**-11.733,1**	**-12.024,2**	**-13.282,8**	**-11.479,2**	**-9.183,6**	**-8.855,6**	**-14.853,2**	**-9.075,5**	**-11.395,8**	**-11.892,0**	**nd**
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	**-7.264,7**	**-7.188,6**	**-6.118,3**	**-7.515,8**	**-10.353,0**	**-5.157,3**	**-8.837,6**	**-13.246,2**	**-11.542,7**	**-5.804,2**	**-5.781,3**	**4.419,9**	**nd**
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	422,4	517,5	453,6	460,4	504,9	462,4	779,4	757,7	467,0	463,1	503,2	452,0	553,9
RMV (4)	139,6	159,0	157,8	156,8	155,4	154,0	152,4	151,1	149,9	148,6	147,5	146,8	169,2

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.
(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).
(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.
(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).
(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.
(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TESOURO NACIONAL

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R$ milhões

	Mai/2005	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	**41.525,0**	**41.811,0**	**38.322,5**	**41.315,0**	**38.691,3**	**38.160,8**	**44.240,0**	**62.315,5**	**33.810,8**	**42.099,5**	**41.712,1**	**41.830,1**	**47.219,4**
I.1 - Recolhimento Bruto	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.463,7	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	219,2	259,3	207,8	221,8	164,4	188,1	107,3	157,8	95,2	71,8	268,4	137,9	651,7
I.5 - Receita do Salário Educação	213,2	176,9	317,4	322,4	356,9	297,4	330,3	346,6	596,8	333,4	349,3	331,0	342,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.768,9	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.402,0	9.924,3	9.604,2	9.754,3	9.368,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	36,4	19,8	50,6	73,0	50,0	3,2	2,8	66,9	40,9	15,0	13,8	30,6	11,2
II. DESPESAS	**40.176,4**	**40.690,7**	**45.089,0**	**39.058,8**	**42.664,6**	**42.385,6**	**50.038,4**	**56.790,7**	**48.187,2**	**39.881,2**	**37.319,4**	**47.111,0**	**47.447,8**
II.1 - Liberações Vinculadas	**9.551,4**	**8.186,5**	**7.766,1**	**8.274,0**	**6.647,5**	**7.730,6**	**10.119,2**	**10.288,4**	**10.599,4**	**7.925,4**	**6.735,9**	**10.202,4**	**10.106,3**
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	712,7	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3
II.2 - Liberações Ordinárias	**30.625,0**	**32.504,2**	**37.323,0**	**30.784,8**	**36.017,1**	**34.655,0**	**39.919,2**	**46.502,3**	**37.587,8**	**31.955,7**	**30.583,5**	**36.908,6**	**37.341,4**
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.732,2	9.490,7	7.441,3	7.560,9	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,8	8.228,1	8.251,5	7.580,6	8.080,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.651,1	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4
i) Dívida Contratual Interna	105,1	139,5	69,0	110,2	112,6	332,8	112,2	24,2	93,9	115,7	124,7	107,0	116,2
ii) Dívida Contratual Externa	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.737,2	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3	11.962,4	12.457,1	12.524,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.270,6	6.475,5	6.654,0	7.210,3	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,4	6.600,5	5.831,1	6.659,0	6.633,7
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	537,8	442,7	511,0	255,2	445,2	160,2	281,3	789,8	276,8	366,5	98,2	236,2	314,7
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	**1.348,6**	**1.120,2**	**-6.766,6**	**2.256,2**	**-3.973,3**	**-4.224,8**	**-5.798,4**	**5.524,8**	**-14.376,4**	**2.218,3**	**4.392,7**	**-5.280,9**	**-228,4**
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	**32.459,8**	**28.540,2**	**45.796,9**	**27.870,1**	**39.005,8**	**35.339,3**	**39.448,4**	**27.466,6**	**51.235,8**	**30.904,7**	**17.576,8**	**18.086,6**	**19.593,2**
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	31.358,4	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.101,4	970,5	614,9	1.017,5	561,3	611,7	667,5	937,9	688,7	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7
V. DESPESAS	**24.176,3**	**25.778,7**	**41.200,8**	**30.959,9**	**30.072,0**	**31.313,0**	**18.316,2**	**18.022,1**	**40.953,0**	**15.575,9**	**15.370,0**	**48.384,4**	**26.146,8**
V.1 - Amortização da Dívida Interna	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8
V.1.2 - Dívida Contratual	110,0	125,7	98,1	117,3	111,6	247,5	109,5	204,8	90,5	118,6	117,4	124,0	119,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	**9.482,2**	**8.410,5**	**5.928,9**	**-540,6**	**12.163,0**	**3.796,8**	**20.737,2**	**11.493,0**	**14.034,5**	**19.489,8**	**4.601,8**	**-16.414,0**	**-7.434,3**
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**3.707,4**	**2.020,9**	**-2.661,8**	**-876,8**	**3.768,4**	**-2.999,2**	**-3.026,8**	**-35.299,1**	**2.307,9**	**2.453,6**	**3.160,9**	**-13.147,4**	**-22.029,3**
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	**13.339,5**	**5.902,7**	**-4.832,2**	**-1.710,5**	**8.728,9**	**-3.197,7**	**12.307,1**	**-20.329,7**	**-1.785,7**	**20.000,8**	**9.760,2**	**-48.726,1**	**-28.811,3**

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURO NACIONAL

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R$ milhões

	Mai/2005	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**7.407,4**	**3.120,9**	**27.436,6**	**15.723,2**	**11.268,4**	**28.818,7**	**5.373,2**	**12.200,9**	**2.687,9**	**7.353,6**	**3.760,9**	**14.849,6**	**8.268,6**
I.1. Emissão de Títulos	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	127,2	160,0	158,1	178,9	75,2	75,9	98,7	32,8	111,9	176,7	219,4	95,7	132,4
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.024,8	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	**3.700,0**	**1.100,0**	**30.098,3**	**16.600,0**	**7.500,0**	**31.818,0**	**8.400,0**	**47.500,0**	**380,0**	**4.900,0**	**600,0**	**27.997,1**	**30.297,9**
II.1. Resgate de Títulos	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0
II.2. Encargos da DPMF	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9
III. RESULTADO (I - II)	**3.707,4**	**2.020,9**	**-2.661,8**	**-876,8**	**3.768,4**	**-2.999,2**	**-3.026,8**	**-35.299,1**	**2.307,9**	**2.453,6**	**3.160,9**	**-13.147,4**	**-22.029,3**

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURO NACIONAL

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R$ milhões

	Mai/2005	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	**35,0**	**19,4**	**20,9**	**1,5**	**1,5**	**1,2**	**15,6**	**54,1**	**16,5**	**17,4**	**0,0**	**25,9**	**10,6**
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	**0,2**	**0,2**	**177,9**	**57,3**	**0,1**	**0,1**	**4,2**	**0,3**	**106,9**	**193,5**	**0,0**	**0,1**	**0,1**
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	**48,4**	**-2,5**	**29,0**	**-49,8**	**75,6**	**215,5**	**154,4**	**291,4**	**84,9**	**50,9**	**54,6**	**100,8**	**198,0**
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,4	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4	0,0	0,5	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	18,1	-42,9	7,5	-50,8	44,0	214,5	118,4	243,6	24,4	-7,1	-5,6	0,0	157,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	30,0	40,1	20,5	0,0	30,5	0,0	35,2	47,3	60,1	57,7	60,2	100,3	40,3
IV. PRONAF	**35,4**	**9,5**	**156,5**	**61,1**	**251,9**	**-14,6**	**27,2**	**219,6**	**41,2**	**23,8**	**-194,0**	**41,8**	**86,6**
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	34,8	16,8	134,1	66,6	263,9	-4,1	50,8	132,7	45,7	33,3	0,0	63,4	41,3
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	0,5	-7,3	22,4	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5	86,9	-4,5	-9,5	-194,0	-21,6	45,3
V. PROEX	**72,3**	**136,9**	**33,0**	**25,6**	**55,5**	**48,8**	**76,6**	**124,2**	**-33,3**	**24,5**	**-12,4**	**-33,6**	**22,7**
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	54,5	28,3	55,5	34,0	24,1	28,8	23,7	146,7	0,0	10,2	18,9	27,1	18,5
V.2. Concessão de Financiamento (1)	17,7	108,6	-22,5	-8,4	31,4	20,0	52,9	-22,5	-33,3	14,3	-31,3	-60,8	4,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	**0,0**	**278,9**	**12,0**	**28,1**	**404,4**	**92,4**	**17,9**	**295,7**	**78,4**	**26,8**	**7,0**	**19,2**	**11,7**
VII. CACAU	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**1,2**	**0,0**	**0,6**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	**68,8**	**3,9**	**2,5**	**26,9**	**20,1**	**90,7**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**3,0**	**3,4**	**0,0**	**142,5**
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**884,4**	**11,6**	**1.803,3**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	**6,7**	**11,3**	**9,5**	**97,3**	**62,3**	**107,9**	**81,7**	**137,5**	**0,0**	**51,7**	**32,3**	**3,2**	**1,2**
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	**83,7**	**-38,3**	**-53,8**	**-39,9**	**-41,0**	**-53,6**	**-40,3**	**95,8**	**-51,6**	**-40,0**	**-37,7**	**-58,4**	**-52,8**
XII. TOTAL	**350,4**	**419,4**	**387,5**	**208,2**	**830,6**	**1.372,9**	**349,0**	**3.023,0**	**243,0**	**352,3**	**-146,9**	**99,0**	**420,8**

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.
(1) Concessão de empréstimos menos retornos.
(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TESOURO NACIONAL

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R$ milhões

	Mai/2005	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2006
I. DÍVIDA INTERNA	**275.265,0**	**293.429,6**	**299.444,5**	**304.529,2**	**321.578,5**	**321.774,5**	**347.714,3**	**368.648,4**	**362.137,3**	**390.461,5**	**401.567,2**	**377.494,8**	**377.604,4**
Dívida Mobiliária em Poder do Público[1]	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6
Dívida Bancária	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3
INSS	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2
Lei 7.976/89	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0
Bônus Renegociação	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1
Lei 8.727/93	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6
Lei 9.496/97	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7
Recebíveis das Estatais	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3	-36.359,1	-36.265,7	-36.456,5	-36.194,2	-35.196,4
Outros	-44.672,8	-44.374,3	-44.092,4	-43.756,9	-43.205,6	-43.147,3	-43.554,4	-43.681,3	-43.570,4	-43.142,3	-43.042,4	-42.834,0	-42.050,0
Fat	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7
Demais Entidades	-43.318,3	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-46.942,8	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.727,0
Créditos das Operações Oficiais	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9
Arrecadação a Recolher	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-6.914,2
II. DÍVIDA EXTERNA	**181.743,4**	**177.965,6**	**174.001,8**	**173.515,6**	**168.063,3**	**166.318,2**	**163.277,4**	**173.792,1**	**162.657,8**	**152.210,1**	**151.723,0**	**135.713,5**	**152.079,9**
Dívida Mobiliária	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7
Títulos Depositados em Garantias	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0
Dívida Contratual	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.862,0
Disponibilidades	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	**457.008,4**	**471.395,2**	**473.446,3**	**478.044,8**	**489.641,8**	**488.092,7**	**510.991,7**	**542.440,5**	**524.795,1**	**542.671,6**	**553.290,2**	**513.208,3**	**529.684,3**
DIVIDA LÍQUIDA/PIB	**24,8%**	**25,4%**	**25,4%**	**25,4%**	**25,9%**	**25,6%**	**26,6%**	**28,0%**	**27,0%**	**27,7%**	**28,1%**	**25,9%**	**26,6%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

[1] Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TESOURO NACIONAL

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Mai/2005	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	**148.544,5**	**147.373,0**	**142.731,4**	**142.485,5**	**139.016,0**	**136.989,7**	**134.926,1**	**144.155,9**	**134.383,7**	**126.618,2**	**126.066,1**	**108.177,7**	**119.587,7**
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	**32.464,4**	**31.743,2**	**32.119,3**	**21.098,8**	**19.801,3**	**16.222,4**	**15.882,0**	**16.844,2**	**15.796,1**	**14.834,8**	**14.535,2**	**485,3**	**534,3**
Brazil Investment Bond (BIB)	632,8	618,7	629,3	622,2	550,6	558,5	546,8	579,9	549,0	529,1	504,6	485,3	534,3
Par Bond (PB)	3.687,8	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.285,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7	2.465,4	-	-
Discount Bond (DB)	3.149,8	3.079,8	3.074,6	3.039,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1	2.685,5	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	898,0	878,1	893,1	883,1	830,2	736,9	721,5	765,2	724,4	659,9	671,3	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.474,2	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	7.432,7	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2	6.138,5	-	-
New Money Bond (NMB)	2.003,1	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0	1.534,1	-	-
Eligible Interest (EI)	1.186,0	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4	577,4	546,7	526,8	535,9	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	**116.080,1**	**115.629,7**	**110.612,1**	**121.386,6**	**119.214,7**	**120.767,2**	**119.044,0**	**127.311,7**	**118.587,5**	**111.783,4**	**111.530,9**	**107.692,4**	**119.053,4**
A-Bond	-	-	-	10.656,9	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0
Euro 2005	3.667,0	3.523,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2006	2.037,9	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3
Euro 2007	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3
Euro 2009	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9
Euro 2010	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0	1.811,3	1.770,8	2.028,1
Euro 2011	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9
Euro 2012	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9
Euro 2015	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	2.028,6	2.106,2	2.059,1	2.358,3
Eurolibra 2007	655,9	631,2	630,4	639,3	587,8	598,2	572,8	603,3	592,9	558,8	565,9	571,5	645,0
Eurolira 2017	1.147,3	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8
Global 2005	2.403,8	2.350,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2006	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-	-	-	-	-
Global 2007	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9
Global 2008	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0	3.805,6	3.659,9	4.030,0
Global 2009	6.610,5	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9	5.849,1	4.961,6	4.282,7	4.118,7	4.535,3
Global 2010	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9
Global 2011	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6
Global 2012	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6
Global 2013	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6
Global 2014	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6
Global 2015	2.403,8	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6	4.484,6	4.562,0	4.387,3	4.831,1
Global 2019	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8
Global 2020	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5
Global 2024	7.150,6	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3
Global 2025	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1
Global 2027	8.413,3	8.226,4	8.366,8	8.273,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8
Global 2030	3.846,1	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8
Global 2034	3.605,7	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3
Global 2037									2.216,0	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8
Global 2040	12.397,1	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.460,6	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4
Global BRL 2016	-	-	-	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.514,5	1.455,1	1.084,7	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6
Marco Alemão 2008	1.135,8	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1	998,0	1.061,8	1.034,9	972,4	938,0	917,0	1.050,3
Samurai 2006	1.326,2	1.271,5	1.275,5	1.281,0	1.174,3	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1	-	-	-
Samurai 2007	1.768,2	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	**-3.690,0**	**-3.691,4**	**-3.629,2**	**-3.723,4**	**-3.289,1**	**-3.254,6**	**-3.210,7**	**-3.524,8**	**-3.291,8**	**-3.209,5**	**-3.030,3**	**0,0**	**0,0**
III. DÍVIDA CONTRATUAL	**37.207,6**	**34.613,5**	**35.240,4**	**35.094,3**	**32.665,9**	**32.932,0**	**32.016,8**	**33.472,7**	**31.888,8**	**29.145,3**	**28.995,2**	**27.855,7**	**32.862,0**
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	**-318,7**	**-329,5**	**-340,8**	**-340,8**	**-329,6**	**-348,9**	**-454,9**	**-311,7**	**-323,0**	**-343,9**	**-308,0**	**-319,9**	**-369,8**
V. TOTAL (I+II+III+IV)	**181.743,4**	**177.965,6**	**174.001,8**	**173.515,6**	**168.063,3**	**166.318,2**	**163.277,4**	**173.792,1**	**162.657,8**	**152.210,1**	**151.723,0**	**135.713,5**	**152.079,9**
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA /PIB	**9,9%**	**9,6%**	**9,3%**	**9,2%**	**8,9%**	**8,7%**	**8,5%**	**9,0%**	**8,4%**	**7,8%**	**7,7%**	**6,8%**	**7,6%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TESOURO NACIONAL

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R$ milhões

	Mai/2005	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2006
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	**1.179.927,0**	**1.200.961,5**	**1.211.797,7**	**1.216.689,7**	**1.233.347,3**	**1.240.924,8**	**1.268.769,5**	**1.256.713,1**	**1.277.259,7**	**1.306.117,6**	**1.320.442,6**	**1.290.097,5**	**1.265.730,9**
I. Dívida em Mercado	**878.750,1**	**896.348,3**	**906.625,4**	**910.879,9**	**924.596,5**	**930.355,7**	**956.421,2**	**976.439,1**	**982.866,4**	**1.009.078,9**	**1.019.526,7**	**1.002.197,1**	**997.516,6**
Dívida Securitizada	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7
TDA	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4
LTN	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2
LFT	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7
LFT-A	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3
LFT-B	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5
NTN-A	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1
NTN-B	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5
NTN-C	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5
NTN-D	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3
NTN-F	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3
NTN-I	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3
NTN-P	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2
CFT-A	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8
CFT-D	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0
Demais	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7
II. Dívida com BACEN	**301.176,9**	**304.613,1**	**305.172,3**	**305.809,8**	**308.750,8**	**310.569,1**	**312.348,3**	**280.274,0**	**294.393,4**	**297.038,7**	**300.915,9**	**287.900,4**	**268.214,3**
LTN	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3
LFT	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1
NTN-D	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6
Demais	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3
Dívida em Mercado/PIB	**47,8%**	**48,4%**	**48,6%**	**48,5%**	**48,8%**	**48,7%**	**49,7%**	**50,4%**	**50,5%**	**51,5%**	**51,7%**	**50,5%**	**50,0%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TESOURO NACIONAL

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R$ milhões

	Mai/2005	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2006
I. INTERNA	**-153.297,4**	**-154.155,6**	**-156.629,5**	**-158.044,2**	**-159.199,3**	**-159.472,0**	**-161.358,6**	**-163.959,7**	**-167.282,0**	**-167.148,9**	**-167.365,5**	**-170.489,3**	**-171.686,6**
Dívida contratual	327,4	296,9	301,7	298,9	279,3	269,9	266,7	256,3	305,7	232,5	234,8	217,8	239,7
FAT	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7
Aplicações financeiras	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0
Fundos Regionais	-25.647,0	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,1	-27.280,4	-27.703,6	-28.008,5	-28.603,3	-28.743,2	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.365,8
Demais	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8
II. EXTERNA	**-318,7**	**-329,5**	**-340,8**	**-340,8**	**-329,6**	**-348,9**	**-454,9**	**-311,7**	**-323,0**	**-343,9**	**-308,0**	**-319,9**	**-369,8**
Disponibilidades	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	**-153.616,0**	**-154.485,1**	**-156.970,2**	**-158.384,9**	**-159.528,9**	**-159.820,8**	**-161.813,5**	**-164.271,4**	**-167.604,9**	**-167.492,8**	**-167.673,5**	**-170.809,2**	**-172.056,5**
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	**-8,4%**	**-8,3%**	**-8,4%**	**-8,4%**	**-8,4%**	**-8,4%**	**-8,4%**	**-8,5%**	**-8,6%**	**-8,5%**	**-8,5%**	**-8,6%**	**-8,6%**

(-) Haver (+) Obrigação
Obs.: Dados sujeitos a alteração

F P E / F P M

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

TESOURO NACIONAL

Boletim - Ano IX - nº 5 **Internet: http://www.tesouro.fazenda.gov.br**

Maio / 2006

Comentários

Em Maio de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 9,7%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R$ 5.296.579,2 (mil), em Maio de 2006, contra R$ 4.826.118,2 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Mil

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Mai / 2006 / Abr / 2006	Mai / 2006 / Mai / 2005	Jan a Mai / 2006 / Jan a Mai / 2005
FPM	2.172.378,5	2.452.018,7	11.094.809,2	2.468.356,0	2.708.977,0	12.388.760,8	9,7 %	10,5 %	11,7 %
FPE	2.073.087,5	2.339.946,5	10.587.708,7	2.357.762,2	2.587.602,2	11.833.684,3	9,7 %	10,6 %	11,8 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Maio de 2006 foram efetuados nos dias dias 10, 19 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Maio	4,0 %	9,7 %	4,0 %	9,7 %	-10,0 %	-11,7 %

Estimativa Trimestral

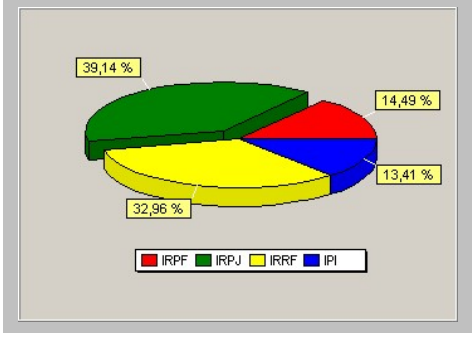
As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possives variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	jun/mai	jul/jun	ago/jul
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-5,0 %	-18,0 %	11,0 %
IPI-EXP	7,0 %	-1,0 %	-5,0 %

Composição dos Fundos

Em Maio de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

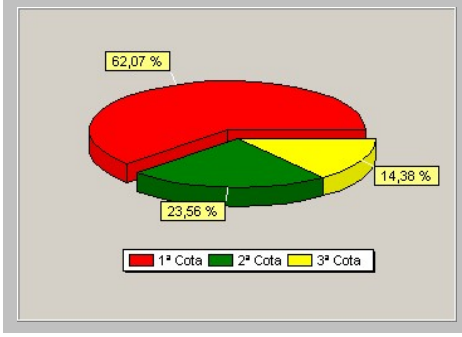
BASE DE CÁLCULO
(FPM, FPE, FNO, FNE e FCO)



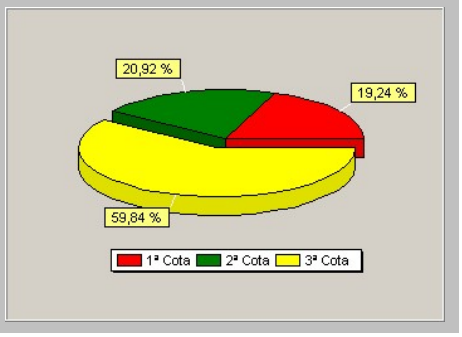
Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

RELAÇÃO
FPM / FPE / FNO / FNE / FCO)



RELAÇÃO
IPI-EXP



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2006 a 20/05/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Abr/3º DEC	365.351,6	8.422.910,5	8.788.262,1	Mai/1º DEC	1.606.054,9	1.680.755,1	31.054,9	585.505,6	3.903.370,5
Mai/1º DEC	397.190	2.938.083,8	3.335.273,8	Mai/2º DEC	609.521,3	637.871,1	33.761,2	226.085,9	1.507.239,5
Mai/2º DEC	1.136.399,2	899.311	2.035.710,2	Mai/3º DEC	372.026	389.329,6	96.593,9	151.402,9	1.009.352,4
TOTAL	1.898.940,8	12.260.305,4	14.159.246,1	TOTAL	2.587.602,2	2.707.955,8	161.410	962.994,4	6.419.962,4
Mai/3º DEC	467.785,8	5.230.712,7	5.698.498,5	Jun/1º DEC	1.041.400,6	1.089.837,8	39.761,8	383.117,7	2.554.117,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	15.112	88.522	14	18.313
Alagoas	AL	64.459	107.647	548	30.673
Amazonas	AM	38.092	72.204	4.714	20.542
Amapá	AP	10.424	88.289	12	17.521
Bahia	BA	241.967	243.136	10.099	88.295
Ceará	CE	141.708	189.850	1.668	59.202
Distrito Federal	DF	5.734	17.860	70	4.373
Espírito Santo	ES	48.324	38.814	6.761	17.610
Goiás	GO	98.137	73.568	1.412	30.876
Maranhão	MA	111.722	186.778	1.698	66.812
Minas Gerais	MG	356.211	115.265	17.984	89.521
Mato Grosso do Sul	MS	40.125	34.467	1.151	13.667
Mato Grosso	MT	50.189	59.719	1.491	20.132
Pará	PA	98.353	158.154	6.736	54.814
Paraiba	PB	87.533	123.918	553	37.483
Pernambuco	PE	132.023	178.550	1.239	55.388
Piauí	PI	70.185	111.821	71	32.205
Paraná	PR	184.461	74.606	17.643	51.289
Rio de Janeiro	RJ	79.583	39.531	18.692	25.748
Rio Grande do Norte	RN	67.279	108.107	807	31.181
Rondônia	RO	24.630	72.857	230	17.305
Roraima	RR	13.189	64.191	9	13.666
Rio Grande do Sul	RS	181.004	60.933	22.069	48.992
Santa Catarina	SC	105.181	33.116	13.314	27.630
Sergipe	SE	38.384	107.523	112	25.829
São Paulo	SP	363.460	25.876	32.282	80.808
Tocantins	TO	41.509	112.302	26	27.167
Total		**2.708.977**	**2.587.602**	**161.410**	**1.007.040**

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Agosto	**2005**	**16/09/2005**
Setembro	**2005**	**25/10/2005**
Outubro	**2005**	**25/11/2005**
Novembro	**2005**	**16/12/2005**
Dezembro	**2005**	**25/01/2006**
Janeiro	**2006**	**23/02/2006**
Fevereiro	**2006**	**22/03/2006**
Março	**2006**	**19/04/2006**
Abril	**2006**	**22/05/2006**

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br .

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

TESOURO NACIONAL

F U N D E F

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano IX - nº 5 **Internet: http://www.tesouro.fazenda.gov.br**

Maio / 2006

Comportamento no Mês

Em Maio de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R$ 3.225.194,0 (mil), contra R$ 2.713.700,7 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 18,8% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 24,0% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

R$ Mil

Origens	Abril	Participação	Maio	Participação	Mai / Abr
FPM	434.498	16,0 %	476.853	14,8 %	9,7 %
FPE	416.076	15,3 %	456.636	14,2 %	9,7 %
IPI-EXP	32.255	1,2 %	28.484	0,9 %	-11,7 %
LC 87/96	0	0,0 %	24.345	0,8 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	41.445	1,5 %	20.722	0,6 %	-50,0 %
ICMS	1.789.428	65,9 %	2.218.154	68,8 %	24,0 %
TOTAL	**2.713.700,7**	**100,0 %**	**3.225.194,0**	**100,0 %**	**18,8 %**

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
  Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
  Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
  CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

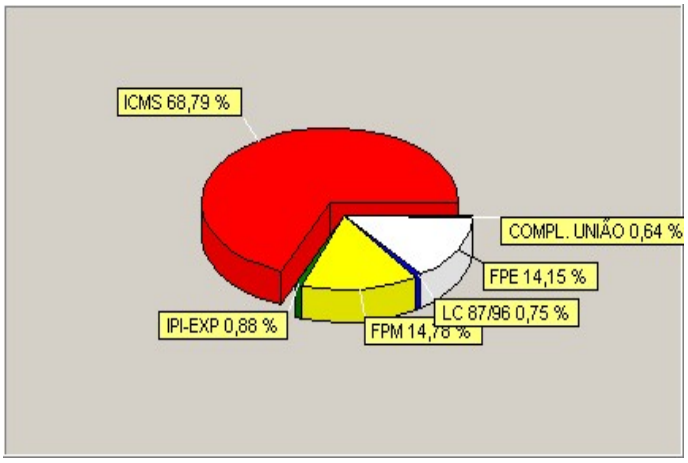
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

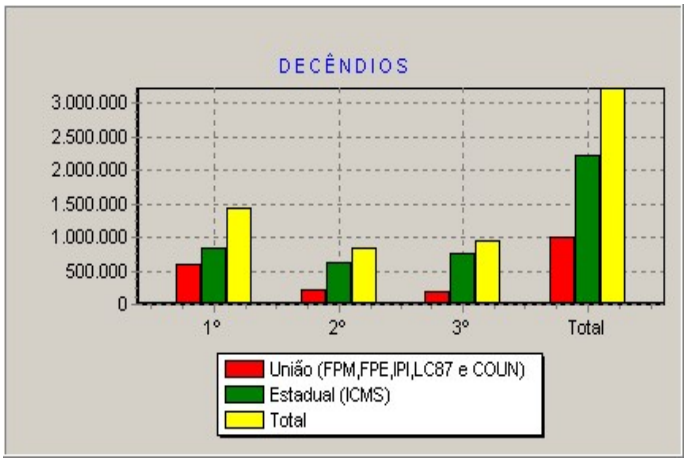
Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
TOTAL	41.444.610	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	41.742.765	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	64.734.420

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.





Distribuição do FUNDEF por Estado

R$ Mil

Estados	Matrículas	ORIGENS						FUNDEF	Média por Aluno (R$)	
	(1)	FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS	Total (2)	No mês	Até o mês
Acre	146.626	15.621	2.667	2	0	22	3.910	22.223	151,6	728,0
Alagoas	674.321	18.996	11.375	97	0	205	15.595	46.268	68,6	322,2
Amapá	127.625	15.580	1.839	2	0	99	3.225	20.746	162,6	764,3
Amazonas	745.772	12.742	6.722	832	0	246	55.669	76.211	102,2	395,2
Bahia	2.782.645	42.906	42.700	1.782	0	906	86.838	175.133	62,9	297,4
Ceará	1.531.674	33.503	25.007	294	0	397	63.993	123.194	80,4	309,8
Distrito Federal	300.965	3.152	1.012	12	0	197	0	4.373	14,5	64,4
Espírito Santo	497.527	6.850	8.528	1.193	0	1.039	55.108	72.717	146,2	661,6
Goiás	888.973	12.983	17.318	249	0	325	42.799	73.675	82,9	445,2
Maranhão	1.447.560	32.961	19.716	300	13.426	409	26.180	92.992	64,2	288,4
Mato Grosso	565.348	10.539	8.857	263	0	473	36.400	56.532	100,0	484,0
Mato Grosso do Sul	396.990	6.082	7.081	203	0	301	35.824	49.492	124,7	577,0
Minas Gerais	3.176.706	20.341	62.861	3.174	0	3.145	206.080	295.601	93,0	444,4
Paraiba	745.405	21.868	15.447	98	0	70	18.770	56.253	75,5	352,4
Paraná	1.527.232	13.166	32.552	3.114	0	2.458	117.183	168.471	110,3	541,0
Pará	1.533.369	27.910	17.356	1.189	7.296	1.064	36.230	91.045	59,4	295,7
Pernambuco	1.493.544	31.509	23.298	219	0	362	72.852	128.239	85,9	368,4
Piauí	639.212	19.733	12.386	13	0	74	10.738	42.942	67,2	325,7
Rio Grande do Norte	522.335	19.078	11.873	142	0	88	39.450	70.631	135,2	512,9
Rio Grande do Sul	1.503.203	10.753	31.896	3.895	0	2.448	158.089	207.081	137,8	621,1
Rio de Janeiro	2.005.935	6.976	14.044	3.299	0	1.430	175.015	200.764	100,1	479,9
Rondônia	295.378	12.857	4.346	41	0	61	13.842	31.147	105,4	514,5
Roraima	79.194	11.328	2.328	2	0	9	2.543	16.209	204,7	951,9
Santa Catarina	868.134	5.844	18.561	2.350	0	875	81.161	108.791	125,3	578,6
Sergipe	368.317	18.975	6.774	20	0	61	14.314	40.143	109,0	505,4
São Paulo	5.094.240	4.566	62.984	5.697	0	7.561	838.052	918.861	180,4	741,0
Tocantins	260.218	19.818	7.325	5	0	19	8.294	35.461	136,3	620,9
Total	**30.218.448**	**456.635**	**476.853**	**28.484**	**20.722**	**24.345**	**2.218.153**	**3.225.193**	**106,7**	**476,9**

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.
2 - Montante da UF (Estados e Municípios).
- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.
- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.